

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZA CENI GUINART

**ALTERAÇÕES NOS MECANISMOS DE AMPARO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
E NO INSTITUTO DA CAPACIDADE CIVIL A PARTIR DO ESTATUTO DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

CURITIBA

2017

LUIZA CENI GUINART

**ALTERAÇÕES NOS MECANISMOS DE AMPARO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA
E NO INSTITUTO DA CAPACIDADE CIVIL A PARTIR DO ESTATUTO DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Monografia apresentada no Curso de Graduação em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Ana Carla Harmatiuk Matos

CURITIBA

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por terem sido os melhores exemplos de pessoas e profissionais que eu poderia ter tido. Por toda a educação e o apoio que eles foram capazes de me dar em todos esses anos.

Ao meu irmão e à toda a minha família por sempre acreditarem e torcerem por mim em todas oportunidades e desafios que me foram proporcionados.

À Prof.^a Ana Carla Harmatiuk Matos pela integral assistência durante a realização do presente trabalho e também por ter sido a primeira professora na faculdade a me mostrar os encantos e desafios do Direito.

Agradeço também à Jacqueline Pereira pelo auxílio no projeto e na pesquisa realizada, além da companhia nas palestras envolvendo o tema estudado.

E por fim, mas não menos importante, a todos as amigades que fiz fora e dentro da faculdade. Aos meus amigos que foram capazes, longe ou perto, em sempre estarem disponíveis em compartilhar comigo os bons e maus momentos.

RESUMO

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, inaugurou o denominado de Estatuto da Pessoa com Deficiência, que teve como precursor legal a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (também conhecida como convenção de Nova Iorque), a qual foi ratificada pelo Brasil em 2008, obtendo o *status* formal de Emenda à Constituição nos termos previstos no art. 5º, §3º da Constituição brasileira. O referido Estatuto provocou a alteração do regime das capacidades do direito civil brasileiro através da revogação e alteração de artigos do Código Civil, incluindo no sistema da curatela. A Lei 13.146/2015 criou também o denominado sistema de tomada de decisão apoiada, alternativo à curatela. Dessa maneira, as pessoas com deficiência passam a ser capazes de exercer atos da vida civil sem representação, além de serem amparadas por uma legislação mais funcionalizada e personalíssima. Tais mudanças reforçam o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito existencial e coexistencial da pessoa com deficiência, marcos da denominada “repersonalização” do Direito Civil.

Palavras-chave: Direito Civil; Repersonalização; Estatuto da Pessoa com Deficiência; Capacidade Civil; Curatela; Tomada de decisão apoiada.

ABSTRACT

Act No. 13.146, July 6, 2015, inaugurated the called Statute of the Person with Disabilities, which had as a legal precursor the International Convention on the Rights of Persons with Disabilities (also known as the New York Convention), ratified by Brazil in 2008, obtaining the formal status of Amendment to the Constitution under the terms set forth in Section 5(3) of the Brazilian Constitution. The aforementioned Statute resulted in an update to the Brazilian Civil Law Capability Regime through the revocation and update of sections of the Civil Code, including in the guardianship system. Act No. 13,146, 2015, also created the so-called supported decision making system, an alternative to the guardianship system. Thereby, disabled people became capable of performing civil life acts without any representation, in addition to being supported by a more functional and personalized legislation. Such changes reinforce the principle of dignity of the human being and the existential and co-existential rights of disabled people, milestones of the so-called "re-personalization" of the Civil Law.

Keywords: Civil Law; Re-personalization; Statute of the Person with Disabilities; Civil Capacity; Guardianship; Decision-making supported.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL E O SISTEMA PROTETIVO BRASILEIRO VOLTADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA...	9
2.1.	A CONSTITUCIONZALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL COMO PROCESSO DE “REPERSONALIZAÇÃO” DO DIREITO CIVIL.....	9
2.2.	A CONVENÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COMO INTEGRANTE DO TEXTO CONSTITUCIONAL E O PARADIGMA DO MODELO SOCIAL E FUNCIONALIZADO DE SE VER A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	14
2.3.	O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COMO SISTEMA PROTETIVO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	20
3.	O REGIME DAS CAPACIDADES A PARTIR DA CONVENÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.....	24
3.1.	O REGIME ORIGINÁRIO DA CAPACIDADE CIVIL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	24
3.2.	CAPACIDADE LEGAL NA CONVENÇÃO DE NOVA YORK: ULTRAPASSANDO AS DIFERENÇAS ENTRE CAPACIDADE CIVIL DE FATO E DE DIREITO.....	29
3.3.	O NOVO REGIME DA CAPACIDADE CIVIL E O PARADIGMA DA PLENA AUTONOMIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	32
4.	INOVAÇÕES EM PROL DA EMANCIPAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A CURATELA FUNCIONALIZADA E A TOMADA DE DECISÃO APOIADA.....	39
4.1.	MODIFICAÇÕES PROVOCADAS PELO ESTATUTO DA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RELAÇÃO À CURATELA.....	39
4.2.	O CONFLITO ENTRE O CÓDIGO CIVIL, O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA QUANTO À CURATELA.....	44
4.3.	A CRIAÇÃO DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA COMO MECANISMO ALTERNATIVO À CURATELA.....	48
5.	CONCLUSÃO.....	52
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

1. INTRODUÇÃO

A Constituição brasileira de 1988 é considerada como uma das mais avançadas Cartas Constitucionais do mundo. Nela são garantidos a todos, sem exceções, os mesmos direitos, os mesmos deveres e as mesmas garantias. Equivoca-se aquele que pensa que o Brasil tem uma legislação precária e inoperante. Muito pelo contrário, o país é, e sempre foi, cercado por milhares de leis que, no geral, são consideradas como muito eficientes.

Assim também se caracteriza a legislação direcionada à proteção das pessoas com deficiência, visto que existem algumas leis nacionais que regulamentam e garantem à inclusão desse grupo de pessoas na sociedade. Comunidade, essa, que corresponde, segundo dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 24% da população brasileira.¹

Mas então, como o Brasil, com base em toda essa “proteção” às pessoas com deficiência, é considerado como um dos países mais desiguais e excludentes do mundo? Esse paradoxo, conforme expõe Ana Carla Harmatiuk Matos e Lígia Ziggiotti de Oliveira pode ser explicado através da “[...] reflexão desenvolvida a partir da proteção e da efetivação da dignidade humana da pessoa com deficiência.”²

Em uma visão geral, a legislação brasileira, a partir do século XIX, principalmente através do Código Civil de 1916, foi tendente a prezar mais pelo patrimônio dos indivíduos, do que pela própria pessoa em si. Entretanto, tempo depois, com o advento do Estado-social, ocorre o processo de Constitucionalização do Direito Civil, marcado pela promulgação da Constituição brasileira de 1988, e a posterior criação do Código Civil de 2002.

A partir da Constitucionalização, todo o ordenamento jurídico brasileiro passou a ser reinterpretado com base na Constituição, isso é, passou a se valorizar mais os princípios e garantias fundamentais, além, é claro, dos direitos inerentes aos indivíduos. Entre esses novos princípios constitucionais, destaca-se o princípio da

¹ BRASIL. Governo do Brasil. **Cresce número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/09/cresce-numero-de-pessoas-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-formal>>. Acesso em: 06 de nov. de 2017.

² MATOS, Ana Carla Harmatiuk; DE OLIVEIRA, Lígia Ziggiotti. Além do Estatuto da Pessoa com Deficiência: reflexões a partir de uma compreensão dos direitos humanos. **Revista de Derechos Humanos e y Estudios Sociales**. Ano VII, nº15, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.derecho.uaslp.mx/Documents/Revista%20REDHES/N%C3%BAmero%2015/Redhes15-01.pdf>> Acesso em: 08 de nov. de 2017, p. 19.

dignidade da pessoa humana, responsável por tornar o homem como um ser verdadeiramente real, ou seja, faz com que o indivíduo comece a “existir” perante a sociedade.

Inicia-se, assim, a “repersonalização” do Direito Civil, momento ápice, até agora, da evolução do ordenamento jurídico brasileiro à proteção do princípio da dignidade humana. O que ocorreu foi que a “repersonalização” foi capaz de redefinir o Direito Privado, passando, esse, na contemporaneidade, a focar mais no sujeito concreto do que no sujeito proprietário.

Essa nova ideologia proporcionou muitas conquistas para a sociedade brasileira, incluindo às pessoas com deficiência, tema central do presente trabalho. O Brasil, recentemente, ratificou a Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência de 2007, garantindo a ela *status* formal de Emenda à Constituição. Criou-se, ainda, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015, legislação que consolida normas e diretrizes para a garantia dos direitos dos cidadãos brasileiros com deficiência.

Dessa forma, a esse grupo social foram assegurados a liberdade de escolha e de decisão, reconhecendo-se a plena autonomia das pessoas com deficiência. A pessoa com deficiência, a partir da Lei 13.146/15, não pode ser mais considerada como absolutamente incapaz pelo Código Civil, e somente em casos excepcionais poderá ser declarada como relativamente incapaz.

Além disso, o ordenamento jurídico brasileiro reformulou o sistema de curatela e interdição, criando um sistema muito mais funcionalizado para atender as pessoas com deficiência que realmente necessitem de assistência para exercer alguns atos da vida civil. Nesse mesmo contexto, a Lei 13.146/15 também criou o sistema de tomada de decisão apoiada, alternativa à curatela, que visa ampliar ainda mais o espaço de escolha dos indivíduos que assim a decidirem adotar. Apesar de todas essas significativas mudanças em relação à teoria das incapacidades do Direito Civil, surgiram alguns problemas a serem solucionados.

Cita-se o caso de pessoas que não apresentam nenhum tipo de deficiência, mas que mesmo assim não conseguem manifestar de nenhum modo sua vontade. Como o Direito irá resguardá-las? Ou ainda o fato de que há expressa contradição entre Código Civil, Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Novo Código de Processo Civil em relação ao novo procedimento da curatela e interdição. Qual seria a melhor maneira de solucioná-la?

Essas e outras questões pretendem ser discutidas no presente trabalho, utilizando-se dos preceitos da teoria geral do Direito Civil e também abordando os novos entendimentos doutrinários acerca do tema. O objetivo da pesquisa é demonstrar o quanto as pessoas com deficiência avançaram em ter seus direitos e garantias reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, buscando demonstrar o quão complexo é o novo sistema protetivo das pessoas com deficiência.

2. CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL E O SISTEMA PROTETIVO BRASILEIRO VOLTADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

2.1 A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL COMO PROCESSO DE “REPERSONALIZAÇÃO” DO DIREITO CIVIL

O Direito, como ciência social, é marcado, sobretudo, pela característica da dinamicidade, conforme a perceptível adequação do ordenamento jurídico às mudanças ocorridas na sociedade. Nesse sentido, para Pietro Perlingieri, as transformações ocorridas na realidade social implicam em concomitantes alterações na denominada “realidade jurídica” e vice-versa.³

Partindo dessa premissa, percebe-se que o Código Civil brasileiro sofreu uma série de transformações ideológicas e metodológicas ao passar do tempo. O século XIX, por exemplo, foi fortemente influenciado por uma filosofia individualista e voluntarista, em que a maior atenção do direito privado era voltada aos atos realizados pelos sujeitos de direito.⁴

Visava-se, sobretudo, romper com os laços do regime absolutista, inaugurando um período marcado pelo liberalismo jurídico, em que o Estado passou a ser considerado como fonte única do direito. O século XIX, desse modo, passou a

³ PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, pág. 1.

⁴ TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, pág. 2.

entender o homem como sujeito abstrato, dotado, acima de tudo, de liberdade, conforme descreve Carmem Lucia Silveira Ramos.⁵

Esse século, apesar de prezar pelo sujeito de direito⁶, mesmo em uma ótica puramente individualista, trouxe consigo um paradigma que se enraizaria fortemente nas sociedades modernas: a preponderância do ter sobre o ser.

Esse novo paradoxo fez com que as questões patrimoniais preponderassem sobre as de valor existencial, e nas palavras da autora Carmem Lucia Ramos essa situação pode ser descrita como sendo “[...] a prevalência dos valores relativos à apropriação de bens sobre o ser, impedindo a efetiva valorização da dignidade humana, o respeito à justiça distributiva e à igualdade material ou substancial”.⁷

Dessa forma, a sociedade brasileira passou também a reproduzir o paradoxo resultante dessa nova onda de valores e princípios que priorizavam a autonomia da vontade e a iniciativa privada, sobretudo em questões patrimoniais, causando uma série de mazelas à sociedade brasileira, como, por exemplo, a desigualdade social e econômica.

Desigualdade, essa, que causou a exclusão social da maior parte da população brasileira, em vista de uma experiência frustrada de tentar considerar todos os indivíduos como se fossem iguais.

Dessa forma, surge no ordenamento jurídico do país algumas leis extravagantes como tentativa de superação do modelo individualista-capitalista que preponderava na sociedade brasileira, conforme palavras da autora Carmem Silveira.⁸

⁵ RAMOS, Carmem Lucia Silveira. A constitucionalização do direito privado e a sociedade sem fronteiras. In: FACHIN, Luiz Edson (Coord.). **Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, pág. 4.

⁶ Conforme expõe Jussara Meirelles, o indivíduo não tem certeza se realmente é uma pessoa, visto que para o Código Civil de 1916 o indivíduo é considerado polo de relações jurídicas, como se fosse um centro de interesses, apenas. Além disso, a pessoa “[...] precisa apresentar-se, acima de simplesmente ser”. (MEIRELLES, Jussara. O ser e o ter na codificação civil brasileira: do sujeito virtual à clausura patrimonial. In: FACHIN, Luiz Edson (Coord.). **Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, págs.88-89.

⁷ RAMOS, Carmem Lucia Silveira. A constitucionalização do direito privado e a sociedade sem fronteiras. In: FACHIN, Luiz Edson (Coord.). **Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, pág. 5.

⁸ RAMOS, Carmem Lucia Silveira. A constitucionalização do direito privado e a sociedade sem fronteiras. In: FACHIN, Luiz Edson (Coord.). **Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, pág. 6.

Ainda, o Estado baseado no *Welfare State*⁹ e nas referidas leis especiais que tentavam beneficiar os mais necessitados, desenvolveu uma série de políticas assistencialistas à sociedade.

Como resultado da descentralização do Código Civil, somado ao processo de industrialização no início do século XX, das doutrinas reivindicacionistas e também dos movimentos sociais que ganharam força na época, as Constituições passaram a se destacar.¹⁰

Conforme destaca Gustavo Tepedino:

Os textos constitucionais, paulatinamente, definem princípios relacionados a temas antes reservados exclusivamente ao Código Civil e ao império da vontade: a função social da propriedade, os limites da atividade econômica, a organização da família, matérias típicas do direito privado, passam a integrar uma nova ordem pública constitucional. Por outro lado, o próprio direito civil, através da legislação extracodificada, desloca sua preocupação central, que já não se volta tanto para o indivíduo, senão para as atividades por ele desenvolvidas e os riscos delas decorrentes.¹¹

Essa nova situação social, econômica e jurídica do Estado gerou também um processo de descodificação do Direito Civil¹², em razão de que a aplicação isolada do Código Civil não conseguia mais satisfazer os interesses da sociedade brasileira, que se demonstrava muito mais complexa em comparação à época em que promulgado o Código de 1916.

Nesse mesmo sentido, Pietro Perlingieri defende a tese de que o Código Civil perdeu espaço no centro do ordenamento jurídico para a Constituição, mas ressalta que mesmo assim a descodificação não foi capaz de prejudicar a unidade do sistema de normas, mantendo-se ainda como um “desenho global”.¹³

⁹ Tradução: “Estado de bem-estar”. Nas palavras de Luiz Netto Lôbo, “O Estado Social, no plano do direito, é todo aquele que tem incluída na Constituição a regulação da ordem econômica e social.” (LÔBO, Paulo Luiz Netto. Constitucionalização do direito civil. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, a.36 n.141, jan./mar.1999, pág.102).

¹⁰ TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, págs. 6-7.

¹¹ TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, pág. 7.

¹² Gustavo Tepedino, a partir dos ensinamentos do Professor Natalino Irti, da Universidade de Roma, explica a “descodificação” do Direito Civil. Nesse processo há “[...] a substituição do monossistema, representado pelo Código Civil, pelo polissistema, formado pelos estatutos, verdadeiros microssistemas do direito privado [...]”. (TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, pág. 11).

¹³ PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, pág. 6.

É dessa maneira que se consolida o processo de Constitucionalização do Direito Civil no Brasil, principalmente com a promulgação da Constituição brasileira de 1988. O novo texto constitucional instituiu direitos e garantias fundamentais aos indivíduos, que passaram a ser protegidas, principalmente, pelo princípio da dignidade humana.

Para o autor Luiz Edson Fachin, o Direito Civil contemporâneo desenvolveu novas características, sendo algumas já comentadas anteriormente no presente trabalho. Entre elas encontram-se a incidência da Constituição sobre os contratos, as famílias e as propriedades, protegendo sempre à pessoa humana; a tensão entre a aplicação de regras ou princípios constitucionais; a limitação da autonomia privada pela ordem pública, com base na proteção das garantias fundamentais; e a reinterpretação do Código Civil pela Constituição do Estado Social de Direito.¹⁴

Ainda na visão de Edson Fachin, houve um rompimento teórico em relação ao que se compreendia como direito privado clássico a partir da nova Constituição federal, o que acarretou em várias reformas inacabadas na opinião crítica do autor, visto que ainda não foi possível construir efetivamente um novo sistema de relações.¹⁵

Surge assim o novo Código Civil em 2002, que “recepção a noção de pessoa como ente moral com atributos naturais que prescinde de regulação jurídica.”¹⁶ Entretanto, conforme explica o autor, essa ideologia do Código de 2002 não prepondera mais na atualidade, pelo fato de que os indivíduos não devem ser considerados como meros sujeitos de direito deslocados da realidade social, em vista da aplicação do princípio da dignidade humana.¹⁷

Fachin e o Pianovski Ruzyk reafirmam tal posição ao comentar que o princípio da dignidade da pessoa humana deve incidir sobre a pessoa concreta, e não sobre o

¹⁴ FACHIN, Luiz Edson. **Direito Civil: Sentidos, transformações e fim**. Rio de Janeiro: Renovar, 2015, pág. 10.

¹⁵ FACHIN, Luiz Edson. Direito civil e dignidade da pessoa humana: um diálogo constitucional contemporâneo. In: FILHO, Agassiz Almeida; MELGARÉ, Plínio (organ.). **Dignidade da pessoa humana: fundamentos e critérios interpretativos**. São Paulo, SP: Malheiros, 2010, pág. 103.

¹⁶ FACHIN, Luiz Edson. Direito civil e dignidade da pessoa humana: um diálogo constitucional contemporâneo. In: FILHO, Agassiz Almeida; MELGARÉ, Plínio (organ.). **Dignidade da pessoa humana: fundamentos e critérios interpretativos**. São Paulo, SP: Malheiros, 2010, pág. 107.

¹⁷ FACHIN, Luiz Edson. Direito civil e dignidade da pessoa humana: um diálogo constitucional contemporâneo. In: FILHO, Agassiz Almeida; MELGARÉ, Plínio (organ.). **Dignidade da pessoa humana: fundamentos e critérios interpretativos**. São Paulo, SP: Malheiros, 2010, pág. 107.

sujeito virtual, que seria aquele indivíduo idealizado através da codificação do Direito Civil.¹⁸

De acordo com Plínio Malgaré, o referido princípio compreende o homem como pessoa, considerado como fim em si mesmo, e não mais um mero objeto. O indivíduo começa a “existir” perante a sociedade, como um ser único, dotado de identidade e de características próprias, destacando-se perante o resto da totalidade.¹⁹

Deve-se, ainda, entender o princípio da dignidade humana como tutela geral da personalidade, visto que implica na “proteção da integridade moral, física e psíquica da pessoa humana.”²⁰ Essa conceituação é de essencial relevância para o compreensão e prosseguimento teórico do presente trabalho, visto que a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência²¹ tem como base assegurar os direitos e deveres da pessoa com deficiência presente à sociedade, fundamentando-se principalmente no princípio da dignidade humana para a efetiva concretização dessas disposições.

Partindo dessa premissa, passa-se a analisar um novo processo no Direito Civil: o de “repersonalização”, que se caracteriza como algo mais abrangente do que a Constitucionalização do Direito Civil. A “repersonalização” é marcada justamente pela proteção ao direito de personalidade do homem, sob pena de ocorrer um desvio do fundamento legal do ordenamento jurídico, conforme expõe Eroulths Cortiano.²²

¹⁸ FACHIN, Luiz Edson; RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. A dignidade da pessoa humana no direito contemporâneo: uma contribuição à crítica da raiz dogmática do neopositivismo constitucionalista. **ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito da Opet**. Curitiba, 5ª ed. – vol. V, pág. 2. Disponível em <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5/Luiz-Edson-Fachin.pdf>>.

¹⁹ MALGARÉ, Plínio. Notas sobre a repersonalização do Direito Civil. In: FILHO, Agassiz Almeida; MELGARÉ, Plínio (organ.). **Dignidade da pessoa humana: fundamentos e critérios interpretativos**. São Paulo, SP: Malheiros, 2010, págs. 156-158.

²⁰ FACHIN, Luiz Edson; RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. A dignidade da pessoa humana no direito contemporâneo: uma contribuição à crítica da raiz dogmática do neopositivismo constitucionalista. **ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito da Opet**. Curitiba, 5ª ed. – vol. V, pág. 3. Disponível em <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5/Luiz-Edson-Fachin.pdf>>.

²¹ “Art. 1º da Lei 13.146/2015: É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) **Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 24 de jul. de 2017).

²² JUNIOR, Eroulths Cortiano. Alguns apontamentos sobre os chamados direitos da personalidade. In: FACHIN, Luiz Edson (Coord.). **Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998, pág. 45.

Em relação aos direitos da personalidade Gustavo Tepedino afirma que estes podem ser entendidos, no âmbito privado, como direitos essenciais do ser humano quando presente nas relações entre particulares. Já na esfera pública, tais direitos podem ser conceituados como direitos humanos, já que busca-se a proteção do indivíduo contra as injustiças do Estado.²³

A “repersonalização” do Direito Civil, desse modo, é uma construção formada pela dinâmica do Direito Privado. Perpassa pela Constitucionalização do Direito Civil, pela aplicação do princípio da dignidade humana em uma visão coexistencial²⁴, e também pelo reconhecimento do direito da personalidade como ponto chave do ordenamento jurídico brasileiro. E são todas essas características que tentam tornar o Direito Civil mais humano, mais preocupado no “ser” do que no “ter”, colocando o indivíduo no centro do Direito.

2.2 A CONVENÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COMO INTEGRANTE DO TEXTO CONSTITUCIONAL E O PARADIGMA DO MODELO SOCIAL E FUNCIONALIZADO DE SE VER A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Conforme demonstrado no ponto anterior do trabalho, o Direito, principalmente o Direito Civil, tem a árdua tarefa de sempre tentar se reestruturar para manter-se à frente das necessidades da sociedade. Além disso, com base na aplicação direta do princípio da dignidade da pessoa humana, reforçando a ideia de “repersonalização” do Direito Civil, torna-se obrigação do ordenamento jurídico brasileiro a proteção dos direitos e deveres de todos os indivíduos, sem exceção.

Dessa forma, os direitos humanos se destacaram em pleno século XX, principalmente em decorrência das grandes guerras e conflitos que ocorreram nesse período. Além disso, conforme destaca Joyceane Bezerra de Menezes, houve uma segunda fase de proteção da pessoa, em que tratados e convenções foram criados

²³ TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, pág. 33.

²⁴ FACHIN, Luiz Edson; RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. A dignidade da pessoa humana no direito contemporâneo: uma contribuição à crítica da raiz dogmática do neopositivismo constitucionalista. **ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito da Opet**. Curitiba, 5ª ed. – vol. V, pág. 11.

para a defesa de grupos de minorias, como crianças e adolescentes, indígenas, mulheres, negros, e deficientes.²⁵

Entretanto, sabe-se que a efetiva tutela de alguns destes grupos específicos tardou muito a ocorrer, como foi o caso, por exemplo, das pessoas com deficiência. No Brasil, conforme expõe Ana Paula Crosara de Resende e Flavia Maria de Paiva Vital, essa parcela da população é uma das que mais sofrem com a exclusão social, mesmo com o país sendo um dos 50 do mundo a possuírem legislação específica para as pessoas com deficiência.²⁶

Assim reitera a autora Joyceane Bezerra:

“[...] as pessoas com deficiência psíquica e intelectual foram, por muito tempo, excluídas de uma maior participação na vida civil, tiveram a sua capacidade jurídica mitigada ou negada, a sua personalidade desrespeitada, seus bens espoliados, a sua vontade e sua autonomia desconsideradas.”²⁷

Dessa forma, visando à proteção das pessoas com deficiência, a Assembleia das Nações Unidas, órgão integrante da Organização das Nações Unidas – ONU, homologou em 13 de dezembro de 2006 a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em Nova York. Passado um pouco mais de um ano, em 3 de maio de 2008, a Convenção entra em vigência, depois de adquirir mais de 20 ratificações de países diferentes. Ressalta a autora Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior que a referida Convenção traz particularidades que tornam efetivos para as pessoas com deficiência os direitos e garantias fundamentais contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, promulgado em 1948 pela ONU.²⁸

²⁵ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do estatuto da pessoa com deficiência. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 4, n. 1, jan.-jun./2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Data de acesso: 02 de agosto de 2017, pág. 2.

²⁶ RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de. Introdução. In: RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de (Coord.). **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. Pág. 18.

²⁷ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do estatuto da pessoa com deficiência. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 4, n. 1, jan.-jun./2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Data de acesso: 02 de agosto de 2017, pág. 3.

²⁸ MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Apresentação. In: RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de (Coord.). **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. Pág. 20.

O Brasil em 2008 ratificou essa Convenção, assim como seu Protocolo Facultativo, transformando-o também em emenda constitucional²⁹, o que foi de grande importância para o avanço da proteção dos direitos das pessoas com deficiência no país. Entretanto, conforme descrito, o Brasil antes mesmo de ratificar o documento já possuía outros mecanismos de políticas de inclusão das pessoas com deficiência, como descreve a autora Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior:

Em nosso país, a política de inclusão social das pessoas com deficiência existe desde a Constituição de 1988, que originou a Lei nº 7.853/1989, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999. Esses documentos nacionais, junto a outros, com destaque para as Leis nº 10.048 e 10.098, de 2000 e o Decreto nº 5.296/2004, conhecido como o decreto da acessibilidade, nos colocam em igualdade com o ideário da Convenção da ONU. Também cabe repetir que as questões referentes às pessoas com deficiência são conduzidas na esfera dos direitos humanos desde 1995, quando passou a existir, na estrutura do governo federal, a Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério da Justiça.³⁰

Apesar da existência de toda essa legislação protetiva das pessoas com deficiência no Brasil a partir do ano de 1995, a ratificação da Convenção pelo país e a posterior transformação do documento em emenda constitucional foram ações muito importantes para o prosseguimento da inclusão social desse grupo de pessoas na sociedade, e, por isso, merecem especial destaque no presente trabalho.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, foi necessário criar um sistema internacional de proteção aos direitos humanos, em represália, principalmente, às forças nazistas que dizimaram com cerca de 11 milhões de pessoas durante a guerra. Desse modo, os direitos humanos viraram tema central para os Estados em âmbito

²⁹ “No Brasil, o documento teve a sua aprovação por meio do Decreto n.186/2008, com quórum qualificado de três quintos, nas duas casas do Congresso Nacional, em dois turnos, conforme instrui o art.5º. §3º., da Constituição Federal, logrando alcançar a hierarquia de norma constitucional. Por cautela adicional e para evitar eventuais prejuízos ante às divergentes interpretações desse dispositivo constitucional, o Presidente da República ratificou e promulgou a Convenção por meio do Decreto Presidencial nº. 6.949/2009, cumprindo o rito de ratificação dos tratados em geral.” (MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do estatuto da pessoa com deficiência. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 4, n. 1, jan.-jun./2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Data de acesso: 03 de agosto de 2017, pág. 3).

³⁰ MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Apresentação. In: RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de (Coord.). **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008, pág. 21.

internacional,³¹ ao qual passou-se a serem formulados tratados e convenções internacionais visando uma maior colaboração dos países entre si.

Flávia Piovesan possui uma opinião muito crítica acerca do status constitucional que os tratados internacionais de direitos humanos possuem no Brasil e também em outros Estados da América Latina. De acordo com a autora, a cultura jurídica latino-americana adota, há mais de um século, o sistema “piramidal” de Hans Kelsen. E como efeito desse posicionamento tem-se a Constituição colocada sempre no ápice da pirâmide, o que gera um sistema jurídico endógeno e auto-referencial.³²

Sabe-se que no Brasil foi com a Constituição de 1988 que houve a abertura do sistema jurídico interno brasileiro ao sistema internacional de direitos humanos, conforme expõe o autor Valerio de Oliveira Mazzuoli,³³ baseando-se no §2º do art. 5º da Constituição Federal, que assim dispõe:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.³⁴

Dessa forma, como explica Valerio Mazzuoli, a Constituição passou a admitir uma dupla fonte normativa, a de direito interno e a de direito externo, que englobaria

³¹ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Soberania e a proteção internacional dos direitos humanos: dois fundamentos irreconciliáveis. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: A.39., no.156, out./dez. 2002. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/823/R156-14.pdf?sequence=4> > Acesso em: 10 de agosto de 2017, pág. 170.

³² PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e diálogo entre jurisdições**. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n.19 – jan./jun. 2012, pág. 68.

³³ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. O novo §3º do art. 5º da Constituição e sua eficácia. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: A.41., no.167, jul/set. 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/739/R167-08.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 09 de agosto de 2017, pág. 94.

³⁴ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 09 de agosto de 2017.

os tratados em direitos humanos que o país aderisse, dando a eles o status de norma constitucional.³⁵

Após muitas discussões doutrinárias e jurisprudenciais acerca do nível hierárquico dos tratados de direitos humanos no ordenamento interno brasileiro, criou-se em 2004 por meio da Emenda Constitucional n.º 45, de 8 de dezembro de 2004, proveniente da PEC 29/2000, o §3º do art. 5º da Constituição Federal³⁶, que assim foi aditado:

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.³⁷

Nas palavras da professora Flávia Piovesan, o §3º do art. 5º da Constituição Federal apresentou o caráter misto do regime jurídico brasileiro, por causa da considerável distinção entre os tratados de direitos humanos e os tratados de cunho comercial.³⁸

Dessa forma, percebe-se que o Brasil, assim como outros países latino-americanos, tem avançado ao permitir a integração entre a ordem constitucional e a ordem internacional. Aos poucos se encaminha para o fim do paradigma jurídico há tantos anos instaurado na América Latina, sistema esse que não permitia a recepção das denominadas “impurezas” do direito internacional.

Inicia-se, desta maneira, um novo sistema jurídico, defendido por Flávia Piovesan, o qual troca-se a pirâmide de Kelsen por um trapézio, estando no ápice tanto a Constituição quanto os tratados internacionais de direitos humanos. Esse

³⁵ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. O novo §3º do art. 5º da Constituição e sua eficácia. **Revista de Informação Legislativa**. A.41., no.167, jul/set/2005. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/739/R167-08.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 09 de agosto de 2017, pág. 95.

³⁶ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. O novo §3º do art. 5º da Constituição e sua eficácia. **Revista de Informação Legislativa**. A.41., no.167, jul/set/2005. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/739/R167-08.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 09 de agosto de 2017, pág. 96.

³⁷ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 09 de agosto de 2017.

³⁸ PIOVESAN, Flávia. **Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos: jurisprudência do stf**. BuscaLegis.ccj.ufsc.br. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16470-16471-1-PB.pdf>>. Acesso em: 1º de set. de 2017, pág. 16.

modelo permite a abertura do bloco de constitucionalidade e também a possibilidade de internacionalização do Direito Constitucional e a constitucionalização do Direito Internacional.³⁹

Conforme descrito, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo foram aprovados pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008⁴⁰, ao qual seguiu todos os critérios do §3º do art. 5º da Constituição Federal, concedendo ao documento internacional status de emenda constitucional.

Em relação especificamente à Convenção, seu conteúdo se destaca por vários motivos, principalmente por definir o que é deficiência⁴¹, mas não de uma maneira discriminatória, e sim visando integrar a pessoa com deficiência na sociedade, conforme prevê o princípio da igualdade, justamente por reconhecer que existem diversas barreiras na sociedade que impedem as pessoas com deficiência de poderem exercer plenamente seus direitos e deveres.⁴²

Tais definições do presente artigo, conforme defende Lilia Pinto Martins, são de extrema relevância para a compreensão atual e correta do termo, visto que retiram da palavra sua concepção mais técnica. A partir da Convenção a deficiência passa a ser entendida “como parte da área de desenvolvimento social e de direitos humanos, conferindo-lhe uma dimensão mais personalizada e social.”⁴³

³⁹ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e diálogo entre jurisdições**. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n.19 – jan./jun. 2012, pág. 69-70.

⁴⁰ BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186 de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm>. Acesso em: 11 de agosto de 2017.

⁴¹ “Art. 1: O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.” (BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 11 de agosto de 2017).

⁴² NOGUEIRA, Geraldo. Artigo 1 – Propósito. In: RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de (Coord.). **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008, págs. 27-28.

⁴³ MARTINS, Lilia Pinto. Artigo 2 – Definições. In: RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de (Coord.). **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008, pág. 28.

Dessa forma, percebe-se que a presente Convenção não veio somente garantir direitos e deveres às pessoas com deficiência, mas sim reafirmar o que a Constituição brasileira já define, que todos merecem ser tratados de maneira igualitária pela lei, sem qualquer discriminação.

Porém, o que o texto da Convenção busca mostrar principalmente é que as pessoas com deficiência, infelizmente, sofrem com inúmeras dificuldades para conseguirem serem integradas totalmente na sociedade, já que essas pessoas são consideradas pela maioria da população como incapazes de realizar suas próprias escolhas em vista da deficiência que apresentam. As pessoas com deficiência acabam sendo definidas pela sua específica vulnerabilidade, e não por aquilo que elas realmente são: pessoas. Nas palavras de Ivana de Siqueira, “[...] Ser ‘pessoa com deficiência’ é, antes de tudo, ser pessoa humana.”⁴⁴

2.3 O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COMO SISTEMA PROTETIVO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência também foi um dos precursores legais, no Brasil, da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015⁴⁵, que inaugurou o microssistema denominado Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão), legislação que consolida normas e diretrizes para a garantia dos direitos dos cidadãos brasileiros com deficiência, conforme explica o Senador Paulo Paim,⁴⁶ responsável por apresentar o projeto de lei ao Congresso Nacional.

O artigo 1º da Lei 13.146/2015 assim dispõe:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos

⁴⁴ SIQUEIRA, Ivana. Introdução. In: LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.: il. 28X24 cm, pág. 17.

⁴⁵ BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2017.

⁴⁶ BRASIL; Senado Federal. Senador Paulo Paim. **Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei brasileira de inclusão, Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília: Senado Federal, 2015, págs. 07-09.

direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.⁴⁷

Possuir liberdade de escolha, e poder ter autonomia para tomar decisões sobre a própria vida e sobre o próprio corpo de maneira absoluta e plena podem ser consideradas algumas das conquistas obtidas pelas pessoas com deficiência no Brasil a partir da Lei nº 13.146/2015.

Segundo o Senador Paulo Paim, o Estatuto das Pessoas com Deficiência visa, além da criação de novas normas ao sistema legal vigente e da previsão de novas sanções a quem descumprir esses novos direitos, uma maior conscientização da sociedade em compreender a deficiência a partir do aspecto social, e não mais do aspecto meramente clínico. Além disso, o Senador destaca a ideia de que a compreensão de deficiência só será possível quando efetivamente permitirmos a liberdade de plenitude do outro, além da nossa própria.⁴⁸

No mesmo sentido assim colaboram os autores Carolina Valença Ferraz e Glauber Salomão Leite acerca da Lei. 13.146/2015:

Embora não tenha introduzido novos conceitos ou sistemática que não estivesse contemplada na CDDPD, apresenta dois méritos inegáveis: a) consolidar boa parte da legislação atinente à matéria em um único diploma legal, facilitando a sua compreensão e aplicação pelos operadores do Direito; b) sedimentar, na esfera da legislação ordinária, o modelo social de deficiência.⁴⁹

Entretanto, é importante destacar o fato de que toda a proteção exacerbada das pessoas mais vulneráveis pode acarretar em uma maior discriminação desses

⁴⁷ BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2017.

⁴⁸ BRASIL; Senado Federal. Senador Paulo Paim. **Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei brasileira de inclusão, N° 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília: Senado Federal, 2015, págs. 100-101.

⁴⁹ FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão In: LEITE, Flávia Piva Almeida. **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Editora Saraiva Educação, 2016 (E-book), pág. 68.

grupos sociais, além de gerar um certo paternalismo autoritário, já que os indivíduos que tem vulnerabilidades específicas podem se sentir inferiorizados, conforme expõe a autora Heloisa Helena Barboza.⁵⁰

Essa também é a crítica que o professor da Universidade de Buenos Aires Sebastián Ignacio Fortuna faz aos textos jurídicos que se referem às pessoas com deficiência, já que muitas vezes a linguagem utilizada por eles remete à ideia de que esses indivíduos são incapazes, pois a lei assume o papel de regulamentadora das atividades praticadas pelas pessoas com deficiência. Sendo assim, essas normas ao invés de servirem como garantidora de direitos, acabam limitando a liberdade dessas pessoas.⁵¹

Em relação a noção de vulnerabilidade é fundamental entender que todas as pessoas, sem exceção, são vulneráveis. De acordo com a autora Heloisa Helena, o que acontece é que existem indivíduos que apresentam vulnerabilidades acentuadas, como é o caso das crianças, dos idosos e das pessoas com deficiência, por exemplo. Essas pessoas podem ser caracterizadas também como vítimas em potencial, em razão de estarem expostas mais aos riscos em vista de seu estado ou de suas fraquezas específicas.⁵²

Ressalta também que a proteção que a Lei 13.146/2015 traz às pessoas com deficiência não pretende gerar mais barreiras e impedimentos a esse grupo de indivíduos, já que o Estatuto justamente visa à recolocação das pessoas com deficiência na sociedade, em que elas possam exercer seus direitos como qualquer outro cidadão, a partir da aplicação do princípio da igualdade material.⁵³

⁵⁰ BARBOZA, Heloisa Helena. Vulnerabilidade e Cuidado: aspectos jurídicos. In: PEREIRA, Tânia da Silva; OLIVEIRA, Guilherme de. **Cuidado e Vulnerabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009, pág. 115.

⁵¹ FORTUNA, Aires Sebastiani Ignacio. **Aproximaciones al régimen de la capacidad en el Proyecto de Reforma de los Códigos Civil y Comercial de la Nación**. Revista Jurídica UCES, n.17, p. 204-231, 2013, pág. 225-226. Disponível em: <<http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/handle/123456789/2147>>. Acesso em: 23 de agosto de 2017.

⁵² BARBOZA, Heloisa Helena. Vulnerabilidade e Cuidado: aspectos jurídicos. In: PEREIRA, Tânia da Silva; OLIVEIRA, Guilherme de. **Cuidado e Vulnerabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009, págs. 107-115.

⁵³ Aplica-se a igualdade material, ou igualdade de fato, porque por meio dela é possível entender que há desigualdades na sociedade ao mesmo tempo em que se busca a igualdade efetiva, de modo concreto. Já a igualdade formal seria a igualdade de direito, aquela prevista abstratamente em textos normativos, como nas leis, por exemplo. Conforme expõe Walter Claudius Rothenburg, nos casos de desigualdade salarial entre homens e mulheres, a Constituição brasileira prevê expressamente em seu art. 5º, I, que homens e mulheres tem os mesmos direitos e obrigações, assim como proíbe no art. 7º, XXX, salários diferentes para homens e mulheres que ocupem as mesmas posições (igualdade formal). Entretanto sabe-se que na realidade essas determinações feitas pelas Constituição não acontecem como deveriam, sendo necessária a construção da igualdade material por meio de mecanismos que

Assim como houve a criação, por exemplo, do Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973), do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), e do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), as pessoas com deficiência, como outros grupos de minorais, também tiveram seus direitos e deveres regulamentados através de Lei específica, isso é, por meio de Estatuto.

Como já mencionado na presente pesquisa, os Estatutos ou como define a autora Carmem Lucia Silveira Ramos, as Leis extravagantes, surgiram para regulamentar temas específicos no século XX, indicando o início da crise da codificação no ordenamento jurídico. Tais Leis foram criadas visando a proteção das pessoas economicamente mais fracas. Na época, as leis especiais foram utilizadas principalmente nas situações de locação e compra de bens imóveis.⁵⁴

Nas palavras de Carmem Lucia Ramos:

A edição de um número cada vez maior de textos de lei especial provocou uma verdadeira descentralização do sistema de direito privado, ausente na perspectiva dos idealizadores da codificação, excluindo o monismo consagrado no código civil, em atendimento às emergências sociais.⁵⁵

Tal fenômeno, que também já foi abordado no presente trabalho, é o de descodificação, em que o Código Civil começa a dividir espaço no ordenamento jurídico com uma pluralidade de textos legislativos, ou nas palavras de Francisco Amaral, com os denominados “microssistemas jurídicos”.⁵⁶

De acordo com Edson Fachin, o movimento de descodificação tornou possível se atravessar a rígida estrutura das regras codificadas. Dessa forma, o ponto de

propiciem às mulheres as mesmas condições que os homens têm. (ROTHENBURG, Walter Claudius. **Igualdade material e discriminação positiva: o princípio da isonomia.** Novos Estudos Jurídicos, vol. 13 - n. 2 - p. 77-92 / jul-dez 2008, págs. 84-85.

⁵⁴ RAMOS, Carmem Lucia Silveira. A constitucionalização do direito privado e a sociedade sem fronteiras. In: FACHIN, Luiz Edson (Coord.). **Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Renovar, 1998, Pág. 7.

⁵⁵ RAMOS, Carmem Lucia Silveira. A constitucionalização do direito privado e a sociedade sem fronteiras. In: FACHIN, Luiz Edson (Coord.). **Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Renovar, 1998, Pág. 7.

⁵⁶ AMARAL, Francisco. Transformação dos Sistemas Positivos a Descodificação do Direito Civil Brasileiro. **ANOREG/BR.** Disponível em: <http://anoreg.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=398:imported_366&catid=32:artigos&Itemid=181> Acesso em: 21 de agosto de 2017.

partida da análise do processo de “repersonalização” não é mais o código em sentido estrito e sim os estatutos jurídicos fundamentais do Direito Privado.⁵⁷

Nesse mesmo sentido, Paulo Lôbo também reforça a crise a qual o Direito Civil sofreu. Com a ineficiência da codificação e a consequente necessidade de renovação dos estudos do Direito Civil, surge um “sistema hipercomplexo, em constante interação com a mutabilidade social, tendo no ápice a Constituição, que inspira a interpretação do CC e sua interlocução com a legislação especial e os microssistemas jurídicos.”⁵⁸

Dessa forma percebe-se que o Estatuto da Pessoa com Deficiência se configura como um microssistema jurídico por ser uma legislação especial autônoma que abrange um tema específico, no caso a proteção dos direitos e deveres das pessoas com deficiência. Além disso, a Lei 13.146/2015 foi capaz de alterar o ordenamento jurídico interno brasileiro, tanto institutos quanto artigos do Código Civil e do Código de Processo Civil.

3 O REGIME DAS CAPACIDADES A PARTIR DA CONVENÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

3.1 O REGIME ORIGINÁRIO DA CAPACIDADE CIVIL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002

Para compreender o regime tradicional e originário das capacidades no Brasil parte-se do conceito de pessoa, que nas palavras de Paulo Lôbo configura-se como:

“[...] o sujeito de direito em plenitude, capaz de adquirir e transmitir direitos e deveres jurídicos. Todo ser humano nascido com vida é pessoa. Vê-se que pessoa é atributo conferido pelo direito, ou seja,

⁵⁷FACHIN, Luiz Edson. **Direito Civil: sentidos, transformações e fim**. Rio de Janeiro: Renovar, 2015, pág. 88.

⁵⁸LÔBO, PAULO. **Direito Civil: parte geral**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012, pág. 66.

não é conceito que se extrai da natureza. É portanto, conceito cultural e histórico, que o direito traz para seu âmbito.”⁵⁹

Na visão do referido autor pessoa é atributo conferido pelo direito porque também engloba as pessoas jurídicas, aqueles sem existência física ou tangível, como por exemplo, associações, sociedades ou fundações. Entretanto, também ressalta a existência de várias entidades que não são consideradas pessoas pelo Direito.⁶⁰

Francisco Amaral, nesse mesmo sentido, considera os sujeitos de direito com sendo todas as pessoas naturais, pessoas físicas ou jurídicas, que possuem direitos e deveres, podendo, dessa forma, participarem de relações jurídicas. Dessa conceituação surge a noção de personalidade jurídica, que em outras palavras significa a possibilidade de uma pessoa – ser humano ou ente com personalidade – possuir titularidade sobre direitos e deveres.⁶¹

A partir dessas categorizações chega-se à análise do instituto da Capacidade Civil, que se divide entre capacidade de direito e capacidade de fato, ou de exercício. Capacidade de direito, nas palavras de Francisco Amaral, pode ser caracterizada como “[...] a aptidão para alguém ser titular de direitos e deveres, ser sujeito de relações jurídicas.”⁶²

A capacidade de direito é prevista no art. 1º do Código Civil brasileiro, mencionando-se que: “Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.”⁶³. Conforme expõe Amaral, todas as pessoas físicas tem capacidade de direito, assim como as pessoas jurídicas registrados nos órgãos públicos competentes. Já em relação à capacidade de fato, essa pode ser descrita como a autorização de habilitação para o exercício dos atos da vida civil e de direitos, de uma maneira imediata.⁶⁴

Em síntese, capacidade de direito é destinada a todas as pessoas, sem exceção, basta o indivíduo nascer para lhe serem garantidas uma série de direitos e deveres. Todavia, isso não ocorre com a capacidade de fato, que é a aptidão de poder

⁵⁹ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Parte Geral**. 3ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2012, pág. 96.

⁶⁰ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Parte Geral**. 3ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2012, pág. 96.

⁶¹ AMARAL, Francisco. **Direito Civil – Introdução**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, pág. 252.

⁶² AMARAL, Francisco. **Direito Civil – Introdução**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, pág. 263.

⁶³ BRASIL. Código Civil (2002). **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 19 de jun. de 2016.

⁶⁴ AMARAL, Francisco. **Direito Civil – Introdução**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, pág. 263.

exercer atos com efeitos jurídicos, não sendo concedido à todas as pessoas, já que o Código Civil estipula certos requisitos para que um indivíduo possa realizar negócios jurídicos válidos.

Dessa forma, capacidade de direito e capacidade de fato para a doutrina tradicional e para a legislação brasileira não se equivaliam, o que acabava privando certas pessoas de exercerem diretamente seus direitos e atos da vida civil, como era o caso das pessoas com deficiência, que eram considerados pelo Código Civil, anteriormente a mudança da Lei em 2016, como relativamente ou absolutamente incapazes, conforme previa os artigos 3º e 4º do Código Civil.⁶⁵

Incapacidade absoluta e relativa têm conceitos diferentes, conforme expõe Paulo Lôbo:

“A incapacidade absoluta impede que a pessoa exerça qualquer de seus direitos, podendo ser definitiva ou temporária. O exercício dos direitos é feito mediante a figura do representante legal, assim entendido o que o direito impõe nessas circunstâncias. [...] A incapacidade relativa não impede as pessoas de exercer os atos da vida civil, mas estes ficam dependendo da confirmação de outra pessoa, que funciona como seu assistente.”⁶⁶

Além disso, os atos praticados por pessoas absolutamente incapazes sem representação tornam-se nulos conforme art. 166, inciso I,⁶⁷ do Código Civil, enquanto os negócios jurídicos feitos por relativamente incapazes não assistidos são considerados anuláveis por força do art. 171, I⁶⁸ do supracitado texto legal.

⁶⁵ Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I – os menores de dezesseis anos; II – os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; III – os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade. Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: I – os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; II – os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido; III – os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; IV – os pródigos. Parágrafo único. A capacidade civil dos índios será regulada por legislação especial. (BRASIL. Código Civil (2002). **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 21 de set. de 2017).

⁶⁶ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Parte Geral**. 3ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2012, pág. 111.

⁶⁷ “Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando: I - celebrado por pessoa absolutamente incapaz.” (BRASIL. Código Civil (2002). **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 1º de out. de 2017).

⁶⁸ “Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: I - por incapacidade relativa do agente;” (BRASIL. Código Civil (2002). **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 1º de out. de 2017).

Em relação às pessoas com deficiência, percebe-se que o art. 3º, incisos II e III, do Código Civil, tratavam, de modo não muito específico, uma parcela das pessoas com deficiência como absolutamente incapazes. Nesses casos eram enquadradas os indivíduos que: “II - [...] por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; III - [...] mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.”⁶⁹

Cumprido esclarecer em relação a essas previsões legais, que o presente trabalho irá levar em consideração apenas a capacidade/incapacidade civil das pessoas com deficiências mentais ou intelectuais, visto que a deficiência física e, de regra geral, a deficiência sensorial nunca se enquadraram no rol taxativo dos arts. 3º e 4º do referido diploma legal.

O autor Glauber Salomão Leite analisa todos os incisos dos artigos anteriores, criticando o fato de que Código Civil quando tratava desse tema não era específico em delimitar qual o tipo de transtorno mental que poderia originar a declaração de incapacidade das pessoas com deficiência, o que dificultava na decisão em saber se a pessoa com deficiência mental era absolutamente ou relativamente incapaz.⁷⁰

Em relação ao inciso III, pode-se entender, conforme expõe Glauber Salomão, que incluíam-se as pessoas com deficiência que não conseguiam se comunicar adequadamente, e que dessa maneira precisavam de representantes legais para exercerem atos da vida civil. O autor ainda faz ressalvas à doutrina mais tradicional que incluía nesse rol os indivíduos surdos-mudos que não conseguiam se manifestar por meio da Língua brasileira de sinais. Conforme Glauber Salomão, a incapacidade nesses casos só poderia ser admitida caso a pessoa, em hipótese alguma, conseguisse manifestar sua vontade.⁷¹

⁶⁹ BRASIL. Código Civil (2002). **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 03 de out. de 2017.

⁷⁰ LEITE, Glauber Salomão. Capítulo 3: O regime jurídico da capacidade civil e a pessoa com deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença. **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. 1ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2012, pág. 311-312. (E-book).

⁷¹ LEITE, Glauber Salomão. Capítulo 3: O regime jurídico da capacidade civil e a pessoa com deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença. **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. 1ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2012, pág. 309-310 (E-book).

Na versão original do Código Civil, quando alguém era considerado incapaz pelos motivos elencados nos arts. 3º e 4º do referido Diploma Legal, se fazia necessária a observância do instituto da tutela e da curatela, em que uma pessoa maior de idade e capaz ficaria responsabilizada pela administração e zelo dos bens do incapaz.

Utiliza-se à tutela somente nas situações previstas no art. 1728, do Código Civil⁷², que ocorrem quando crianças menores de 18 anos tenham seus pais falecidos ou julgados ausentes, e também em situações em que não exista mais poder familiar. Dessa forma, por não envolver pessoas com deficiência, esse instituto não sofreu mudanças a partir da Convenção de Nova York nem a partir do Estatuto da Pessoas com Deficiência, e por isso não será analisado mais detalhadamente pelo presente trabalho.

Já a curatela, prevista no art. 1767 do Código Civil, assim poderia ser definida:

É o encargo atribuído pelo Juiz a um adulto capaz, para que proteja, zele, guarde, oriente, responsabilize-se e administre os bens de pessoas judicialmente declaradas incapazes, que em virtude de má formação congênita, transtornos mentais, dependência química ou doenças neurológicas estejam incapacitadas para reger os atos da vida civil, ou seja, compreender a amplitude e as conseqüências de suas ações e decisões (impossibilitadas de assinar contratos, casar, vender e comprar, movimentar conta bancária, etc).⁷³

Como se pode perceber, as pessoas com deficiência consideradas incapazes eram submetidos ao regime da curatela para a realização de atos e decisões da vida civil. A curatela, que nos casos de incapacidade relativa poderia se dar também de forma parcial, conforme o antigo art. 1772 do Código Civil que atualmente está revogado. Esse pedido poderia ser requerido a partir do art. 1768 do Código Civil pelo

⁷² BRASIL. Código Civil (2002). **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 04 de out. de 2017.

⁷³ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Tutela e Curatela. **Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, Falimentares e de Liquidações Extrajudiciais**. Disponível em <<http://www.civel.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9>>. Acesso em: 04 de out. de 2017.

pai, mãe, tutor, cônjuge, parente próximo, Ministério Público, ou ainda qualquer pessoa interessada.⁷⁴

O autor Glauber Salomão manifesta sua crítica acerca dessa antiga concepção da legislação pátria e também das concepções adotadas pela doutrina mais tradicional brasileira. Segundo ele, todo esse procedimento de interdição somente pretendia à proteção do patrimônio do incapaz, deixando de lado questões existenciais e subjetivas dos indivíduos. O que deveria ser feito, na visão do autor, seria uma readequação da Lei com base nos princípios previstos pela Constituição Federal.⁷⁵

E de fato, em uma sociedade que durante séculos foi marcada pela preponderância do “ter” sobre o “ser”, em que se protegeu muito mais o patrimônio das pessoas do que efetivamente os próprios indivíduos, chega-se a um momento histórico em que mudanças mais profundas no ordenamento jurídico brasileiro tornam-se necessárias para efetivação dos preceitos constitucionais no país.

3.2 CAPACIDADE LEGAL NA CONVENÇÃO DE NOVA YORK: ULTRAPASSANDO AS DIFERENÇAS ENTRE CAPACIDADE CIVIL DE FATO E DE DIREITO

Conforme já mencionado anteriormente, a Convenção de Nova York ou Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência teve como meta a efetiva inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Dessa maneira, para que esse objetivo fosse concretizado foram necessárias várias mudanças conceituais no âmbito do Direito Civil.

Uma das principais alterações que a Convenção de Nova York propôs foi em relação ao instituto das capacidades, em que se parte do princípio de que todos os seres humanos são iguais entre si, o que garantiria às pessoas com deficiência o pleno exercício da sua capacidade civil. Tal entendimento entrou em confronto com o até

⁷⁴ BRASIL. Código Civil (2002). **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 04 de out. de 2017.

⁷⁵ LEITE, Glauber Salomão. Capítulo 3: O regime jurídico da capacidade civil e a pessoa com deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença. **Manual dos direitos da pessoa com deficiência**. 1ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2012, pág. 320 (E-book).

então previsto no Código Civil, o que causou a alteração de alguns artigos da Lei e também a reformulação de institutos do ordenamento civil brasileiro.

Apesar de Paulo Lôbo esclarecer que o regime das incapacidades não visa à discriminação das pessoas consideradas incapazes, pois somente atinge os direitos patrimoniais dos sujeitos de direito⁷⁶, a Convenção de Nova York buscou o reconhecimento de que as pessoas com deficiência tem integral capacidade de exercer todos os atos da vida, incluindo os patrimoniais.

Essa afirmação de Paulo Lôbo merece ser ressaltada também por outro motivo. Mais uma vez percebe-se o caráter predominantemente patrimonialista do Código Civil brasileiro de 2002, voltado estritamente a fins patrimoniais. O “ser” colocado em segundo plano pelo “ter”.

Enfim, voltando ao tema da Convenção de Nova York, o art.12 do referido documento⁷⁷ determina igual reconhecimento para as pessoas com deficiência perante à lei, o que impede qualquer Estado integrante do presente documento suprimir o exercício de direitos e atos da vida civil desses indivíduos.

A partir da análise do referido artigo, observa-se que o Estado ganha papel fundamental na efetivação das metas propostas no texto legal, isso é, o Estado é o principal garantidor para a criação de mecanismos de apoio para que as pessoas com

⁷⁶ LÔBO, Paulo. **Direito Civil: Parte Geral**. 3ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2012, pág. 111.

⁷⁷ 1.Os Estados Partes reafirmam que as pessoas com deficiência têm o direito de ser reconhecidas em qualquer lugar como pessoas perante a lei. 2.Os Estados Partes reconhecerão que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida. 3.Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para prover o acesso de pessoas com deficiência ao apoio que necessitarem no exercício de sua capacidade legal. 4.Os Estados Partes assegurarão que todas as medidas relativas ao exercício da capacidade legal incluam salvaguardas apropriadas e efetivas para prevenir abusos, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. Essas salvaguardas assegurarão que as medidas relativas ao exercício da capacidade legal respeitem os direitos, a vontade e as preferências da pessoa, sejam isentas de conflito de interesses e de influência indevida, sejam proporcionais e apropriadas às circunstâncias da pessoa, se apliquem pelo período mais curto possível e sejam submetidas à revisão regular por uma autoridade ou órgão judiciário competente, independente e imparcial. As salvaguardas serão proporcionais ao grau em que tais medidas afetarem os direitos e interesses da pessoa. 5.Os Estados Partes, sujeitos ao disposto neste Artigo, tomarão todas as medidas apropriadas e efetivas para assegurar às pessoas com deficiência o igual direito de possuir ou herdar bens, de controlar as próprias finanças e de ter igual acesso a empréstimos bancários, hipotecas e outras formas de crédito financeiro, e assegurarão que as pessoas com deficiência não sejam arbitrariamente destituídas de seus bens. (BRASIL. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 21 de set. de 2017).

deficiência possam exercer sua capacidade legal. Joyceane Bezerra assim expõe sua opinião:

Para o exercício pleno dessa capacidade legal, a CDPD estabeleceu que os Estados deverão promover mecanismos de apoio e salvaguardas, quando necessários e, em atenção àqueles princípios cardiais já anunciados (in dubio pro capacitas e intervenção mínima). Embora não defina taxativamente quais sejam os mecanismos de apoio, define as salvaguardas como aquelas cautelas e providências tendentes a evitar que os mecanismos de apoio venham a prejudicar os direitos das pessoas por meio de eventuais abusos, excessos ou ilegalidades. Cada Estado é livre para instituir os mecanismos de apoio que considerar úteis e adequados ao exercício dos direitos pelas pessoas com deficiência. No Brasil, a curatela foi usada como o principal mecanismo de apoio mas, com a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, institui-se o mecanismo de “tomada de decisão apoiada”, alterando substancialmente o Código Civil.⁷⁸

Ainda no art. 12, mais precisamente nos itens 02, 03 e 04, percebe-se que a Convenção menciona o termo “capacidade legal” que visa quebrar aquela visão tradicional acerca do instituto das capacidades, que diferencia capacidade de direito da de fato. Nesse sentido, essa reconstrução, conforme afirma Cleide Ramos:

“[...] provoca uma ruptura na clássica separação que reconhecia a todos os seres humanos a capacidade de direito, consistente em usufruir de todos os direitos e liberdades fundamentais, ao passo que limitava a capacidade de exercício desses direitos em razão da condição de deficiência [...]”⁷⁹

A partir dessa ideia, as pessoas com deficiência passam a possuir capacidade legal, que nada mais é do que a aptidão de possuir direitos e os exercê-los sem limitações legais. As pessoas com deficiência tornam-se, na opinião da autora Cleide Ramos, legítimos sujeitos de direito, visto que passam a ter as mesmas condições sociais e tecnológicas do que as demais pessoas, e que caso não sejam dadas as

⁷⁸ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do estatuto da pessoa com deficiência. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 4, n. 1, jan.-jun./2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 05 de out. de 2017, pág.5.

⁷⁹ RAMOS, Cleide. Art. 12 – Reconhecimento igual perante a lei. In: RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de (Coord.). **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. Pág. 54.

mesmas garantias a esse grupo de indivíduos estar-se-ia contribuindo com a discriminação social.⁸⁰

Nesse mesmo sentido manifesta-se a autora Joyceane Bezerra, ao comentar que o artigo 12 do supracitado diploma legal tem a função de reafirmar a capacidade legal das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida e, acima de tudo, de modo igualitário a todos os demais. Além disso, a Convenção, a partir da ideia de capacidade legal, garante a esse grupo de pessoas plena autonomia para a realização de atos que condizem com seus próprios interesses.⁸¹

Conforme já descrito, o ideal proposto na Convenção entra, de certa forma, em conflito com a teoria tradicional do Direito Civil acerca do regime das incapacidades, visto que a capacidade legal é inovadora no ordenamento jurídico e também para a doutrina brasileira. Dessa forma, a Lei 13.146 de 2015 surge com o fim de também humanizar e regular de modo igualitário o instituto da capacidade civil no país, sendo responsável por diversas modificações em dispositivos do Código Civil.

3.3 O NOVO REGIME DA CAPACIDADE CIVIL E O PARADIGMA DA PLENA AUTONOMIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A partir da ratificação da Convenção de Nova York pelo Brasil e da instituição, em 2015, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que tornou efetiva às mudanças feitas pela Convenção, o Código Civil sofreu significativas modificações em alguns de seus artigos, principalmente no que concerne ao regime das capacidades e incapacidades.

Nos tópicos anteriores já foi comentado como a legislação brasileira, em especial os artigos 3º e 4º do Código Civil, estabelecia o regime das capacidades das pessoas com deficiência mental ou intelectual anteriormente à criação da Lei

⁸⁰ RAMOS, Cleide. Art. 12 – Reconhecimento igual perante a lei. In: RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de (Coord.). **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. Pág. 55-57.

⁸¹ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do estatuto da pessoa com deficiência. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 4, n. 1, jan.-jun./2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 05 de out. de 2017, págs. 4-5.

13.146/2015. Em suma, esses indivíduos poderiam ser considerados absolutamente ou relativamente incapazes, dependendo do grau de discernimento de cada pessoa, e se esse seria transitório ou permanente.

Um dos pontos primordiais para a alteração do Código Civil trazidas a partir da CDPD e da Lei 13.146/2015 foi a questão da autonomia. Tema esse que está estritamente ligado com a capacidade legal das pessoas com deficiência. A partir das consideração de Carolina Valença Ferraz e Glauber Salomão, que declaram que ter autonomia é a capacidade de realizar decisões por si mesmo, percebe-se que aquela é uma característica inerente às pessoas com deficiência. Ter autonomia, no entanto, não necessariamente significa a capacidade de exercício, de maneira pessoal ou sem qualquer tipo de auxílio, de certos atos ou atividades.⁸²

Conforme explicam os supracitados autores, o critério médico não é critério determinante para mensurar se alguém tem ou não capacidade de exercício e de direito. Caso contrário se estaria tratando de discriminação, que é totalmente vedado pelo art. 4, §1º, da Lei. 13.146/2015.⁸³ Na visão de Ferraz e Salomão, “[...] a plena capacidade de exercício dos atos e negócios jurídicos passa a ser o novo paradigma acerca da autonomia moral da pessoa com deficiência.”⁸⁴

E é principalmente a partir desse novo paradigma que ocorrem as novas mudanças no ordenamento jurídico brasileiro. Passa-se a entender a pessoa com deficiência como plenamente capaz de exercitar seus direitos e de tomar decisões. O Código Civil consegue avançar no sentido de destacar mais o sujeito, o aspecto subjetivo dos indivíduos, e não mais zelar apenas pelo patrimônio das pessoas.

⁸² “Portanto, eventuais dificuldades no desempenho de movimentos, de comunicação ou de outras espécies não podem ser confundidas com falta de capacidade para tomar decisões. É certo que, na quase totalidade dos casos, feitas as adaptações apropriadas, a pessoa com deficiência estará apta a manifestar sua vontade e a expressar seu querer.” (FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão In: LEITE, Flávia Piva Almeida. **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Editora Saraiva Educação, 2016 (E-book), pág. 79).

⁸³ “Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. § 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.” (BRASIL. Código Civil (2002). **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 06 de out. de 2017).

⁸⁴ FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão In: LEITE, Flávia Piva Almeida. **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Editora Saraiva Educação, 2016 (E-book), pág. 80.

Os artigos 6º e 84, *caput*, do Estatuto da Pessoa com Deficiência⁸⁵ e o art. 12 da Convenção de Nova York, já mencionada anteriormente, também foram os responsáveis pelas alterações ocorridas nos artigos 3º e 4º do Código Civil. E com base no art. 114 da Lei 13.146/2015⁸⁶, responsável pela revogação de artigos e incisos do Código, assim ficou regido os seguintes dispositivos legais:

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

IV - os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)⁸⁷

Percebe-se, dessa forma, que o rol taxativo das incapacidades foi minorado, em que somente os menores de 16 anos tornam-se absolutamente incapazes, enquanto os relativamente incapazes passam a ser considerados aqueles que são menores de 18 e maiores de 16 anos, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos,

⁸⁵ “Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: I - casar-se e constituir união estável; II - exercer direitos sexuais e reprodutivos; III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.” (BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Lei 13.146/15, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 1º de out. de 2017).

⁸⁶ BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Lei 13.146/15, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 1º de out. de 2017.

⁸⁷ BRASIL. Código Civil (2002). **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 1º de out. de 2017.

aqueles que por causas transitórias ou permanentes não conseguem exprimir vontade própria, e os pródigos ⁸⁸

De acordo com Thiago Rosa Soares, a pretensão da Lei foi a de prever como regra geral a plena capacidade da pessoa com deficiência⁸⁹, tornando-se necessário, para a declaração de incapacidade relativa, que se prove concretamente que o indivíduo não tenha discernimento suficiente para ter manifestação de vontade, seja por causas transitórias ou permanentes. ⁹⁰

Entretanto, existem sérias críticas acerca do Estatuto da Pessoa com deficiência. Alguns doutrinadores consideram que a Lei 13.146/2015 se deteve tanto a meros detalhes formais que deixou de dar atenção a questões realmente importantes, fazendo com que o Estatuto, em vez de ser uma inovação jurídica, somente repercutir-se o sistema originário do Código Civil de 2002. Nesse sentido manifesta-se Anderson Schreiber:

O excesso de preocupação com a terminologia (há passagens que parecem inspiradas unicamente no intuito de evitar expressões como “deficiente”, “interdição” etc.) talvez tenha tirado o foco de questões centrais, que deveriam ser enfrentadas como a avaliação do discernimento e a modulação dos efeitos da curatela. Com isso, em vez de valorizar o dado concreto da realidade, o Estatuto acabou por criar um outro sistema abstrato e formal, no qual agora a pessoa com deficiência é sempre capaz, ingressando-se, mais uma vez, no velho e revelho modelo do “tudo-ou-nada” em relação à capacidade, agora com sinais trocados, mas ainda preso à lógica abstrata e geral que governava a disciplina das incapacidades na codificação de 1916 e que nosso Código Civil de 2002 reproduziu, com impressionante dose de desatualidade. ⁹¹

⁸⁸ ARAÚJO, Rogério Andrade Cavalcanti; TOMAZETTE, Marlon. Crítica à nova sistemática da incapacidade de fato segundo a Lei 13.146/15. **Jus.com.br**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42271/critica-a-nova-sistemica-da-incapacidade-de-fato-segundo-a-lei-13-146-15>>. Acesso em: 1º de out. de 2017.

⁸⁹ “Assim, a plena capacidade de exercício dos atos e negócios jurídicos passa a ser o novo paradigma acerca da autonomia moral da pessoa com deficiência. Por esse motivo, as situações descritas nos incisos do art. 6º da Lei n. 13.146/2015 têm caráter meramente enunciativo, uma vez que as hipóteses em que ela poderá agir pessoalmente e sem a necessidade de representação atualmente são a regra, e não a exceção.” (LEITE, Flávia Piva Almeida. **Comentários ao Estatuto da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Editora Saraiva Educação, 2016 (E-book), pág. 80).

⁹⁰ SOARES, Thiago Rosa. **A Capacidade de Fato das Pessoas com Deficiência**. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, Brasília: abril/2016, pág. 14. Disponível em <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/27859>>. Acesso em: 1º de out. de 2017.

⁹¹ SCHREIBER, Anderson. Tomada de decisão apoiada: o que é e qual sua utilidade? **Jornal Carta Forense**. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/tomada-de-decisao-apoiada-o-que-e-e-qual-sua-utilidade/16608>. Acesso em: 29 de out. de 2017.

Assim como comentado pelo professor Schreiber, a maior crítica dos doutrinadores em relação ao Estatuto da Pessoa com Deficiência seria a sua abstração em tratar sobre a capacidade civil das pessoas com deficiência. De acordo com Flávio Tartuce, apesar da considerável evolução que a Lei 13.146/2015 trouxe para a esfera da dignidade das pessoas com deficiência, ela se equivocou em mudar as regras da teoria das incapacidades e também em não respeitar as normas estabelecidas pelo Novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em março de 2016.⁹²

Ao dizer que somente as pessoas menores de 16 anos são tidas como absolutamente incapazes, a Lei 13.146/2015, criticada por teoricamente só ter priorizado as pessoas com deficiência, acabou prejudicando pessoas que de fato não tem qualquer condição de exercer sua vontade, como, por exemplo, alguém que esteja em coma, sofra de mal de Alzheimer ou até mesmo sofra de alguma psicopatia.⁹³

Zeno Veloso concorda com a opinião de Flávio Tartuce em relação a vulnerabilidade de algumas pessoas diante do Estatuto da Pessoa com Deficiência, como é o caso, por exemplo, daqueles indivíduos que manifestaram vontade quando estavam em estado de coma. O Professor Veloso também menciona a situação de pessoas com deficiência que não tem condições de manifestar sua vontade, mas mesmo assim são considerados como relativamente incapazes pelo ordenamento jurídico.⁹⁴

Como já analisado no presente trabalho, os atos realizados por relativamente incapazes são considerados apenas anuláveis, o que impossibilita de serem conhecidos *ex officio* pelo juiz nem pelo Ministério Público, e se convalidam com o decurso do tempo. Na visão de Zeno Veloso isso se torna uma grande problema, já

⁹² TARTUCE, Flávio. **Parecer sobre o Projeto de Lei do Senado Federal n. 757/2015. Altera o Estatuto da Pessoa com deficiência, o Código Civil e o Código de Processo Civil.** Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4374546&disposition=inline>>. Acesso em: 28/10/2017, p. 5.

⁹³ TARTUCE, Flávio. **Parecer sobre o Projeto de Lei do Senado Federal n. 757/2015. Altera o Estatuto da Pessoa com deficiência, o Código Civil e o Código de Processo Civil.** Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4374546&disposition=inline>>. Acesso em: 28/10/2017, p. 2.

⁹⁴ VELOSO, Zeno. Estatuto da pessoa com deficiência: Uma nota crítica. **Jusbrasil.** Publicado por Flávio Tartuce. Disponível em: <<https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/338456458/estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-uma-nota-critica>>. Acesso em: 08 de nov. de 2017.

que não se pode admitir negócios jurídicos realizados por uma pessoa cuja vontade possa ser extorquida ou manifestada inconscientemente.⁹⁵

Pode ser adotada, nesse caso, a teoria Ponteaniana, em referência a Pontes de Miranda, que defende que deve-se avaliar primeiramente se o negócio jurídico em questão é existente para depois verificar se ele é válido e eficaz. Para Zeno Veloso, os atos que não tenham tido manifestação de vontade não possuem seu requisito essencial, não possuindo, dessa forma, quaisquer efeitos.⁹⁶

Entretanto, Eduardo Nunes de Souza e Rodrigo da Guia Silva não concordam com a aplicação na teoria Ponteaniana nesse tipo de situação, pois essa teoria “[...] carece de subsídio no sistema positivo brasileiro como ainda acarreta uma série de concepções inadequadas em matéria de invalidade negocial.”⁹⁷

Na concepção dos dois autores, a solução para o problema caberia ao magistrado, na medida em que caberá a ele verificar o grau de discernimento do agente, para que, caso seja necessário, seja possível modular os efeitos da anulabilidade do ato. Isso pode ocorrer tanto pela mitigação das consequências da anulação quanto pela sua aproximação delas com o regime da nulidade.⁹⁸

Por esses e outros motivos, foi criado pelo Senado Federal o Projeto de Lei nº 757 de 2015⁹⁹, que visa a alteração de dispositivos do Código Civil, do Estatuto da Pessoa com Deficiência e do Novo Código de Processo Civil, pretendendo harmonizá-los entre si no que concerne às normas que dispõe sobre: “a igualdade civil e o apoio

⁹⁵ VELOSO, Zeno. Estatuto da pessoa com deficiência: Uma nota crítica. **Jusbrasil**. Publicado por Flávio Tartuce. Disponível em: <<https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/338456458/estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-uma-nota-critica>>. Acesso em: 08 de nov. de 2017.

⁹⁶ VELOSO, Zeno. Estatuto da pessoa com deficiência: Uma nota crítica. **Jusbrasil**. Publicado por Flávio Tartuce. Disponível em: <<https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/338456458/estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-uma-nota-critica>>. Acesso em: 08 de nov. de 2017.

⁹⁷ SILVA, Rodrigo da Guia; SOUZA, Eduardo Nunes de. Autonomia, discernimento e vulnerabilidade: estudo sobre as invalidades negociais à luz do novo sistema das incapacidades. **Civilistica.com**, a. 5. n. 1. 2016, p. 9.

⁹⁸ SILVA, Rodrigo da Guia; SOUZA, Eduardo Nunes de. Autonomia, discernimento e vulnerabilidade: estudo sobre as invalidades negociais à luz do novo sistema das incapacidades. **Civilistica.com**, a. 5. n. 1. 2016, p. 33.

⁹⁹ BRASIL; SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº. 757 de 2015**. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=574431&disposition=inline>>. Acesso em: 30 de out. de 2017.

às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.”¹⁰⁰

O que se propõe com essa nova reforma é reparar os erros cometidos pela Lei 13.146/2015, de um modo a não prejudicar nenhum indivíduo. Flávio Tartuce, favorável ao Projeto de Lei nº757/2015, assim afirma:

Esclareça-se, todavia, que as citadas proposições de alteração, especialmente as originais do projeto, às quais se filia, não deixam de tratar a pessoa com deficiência como capaz, em regra. Todavia, em casos graves, em que não há a mínima condição de a pessoa exprimir vontade, deve ser tratada como absolutamente incapaz.¹⁰¹

De fato, percebe-se que o Estatuto da Pessoa com Deficiência apresenta algumas falhas, o que às vezes pode acabar gerando situações em que algumas pessoas se tornem mais vulneráveis¹⁰², como é o caso das pessoas em coma, por exemplo. Reconhece-se que alterações no texto da Lei 13.146/2015 são minimamente necessárias, mas tudo isso somado a uma nova interpretação sistemática¹⁰³, já que somente a alteração do texto da lei não é suficiente. Seria necessário a harmonia de todo o sistema, principalmente com os ideais estabelecidos pela Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência.

Apesar de se compreender que ainda há muito para avançar no sistema brasileiro no que concerne a efetiva inclusão dos indivíduos que tenham dificuldades ou sejam impossibilitados de manifestarem vontade por si próprios, o presente

¹⁰⁰ Atualmente, o respectivo Projeto de Lei, de autoria dos Senadores Paulo Paim (o mesmo que teve iniciativa para a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência), Antônio Carlos Valadares e outros, após sofrer algumas modificações, está pronto para ser colocado em Pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. (BRASIL; SENADO FEDERAL. Projeto de Lei nº. 757 de 2015. **Atividade Legislativa**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124251>>. Acesso em: 30 de out. de 2017).

¹⁰¹ TARTUCE, Flávio. **Parecer sobre o Projeto de Lei do Senado Federal n. 757/2015. Altera o Estatuto da Pessoa com deficiência, o Código Civil e o Código de Processo Civil**. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4374546&disposition=inline>>. Acesso em: 28/10/2017, p. 6.

¹⁰² “A nova disciplina legal, assim, na contramão do propósito nobre que permeia toda a Lei n. 13.146/2015, talvez tenha proporcionado, em alguns pontos, proteção menos intensa às pessoas com deficiência psíquica e intelectual do que o regime anterior.” (SILVA, Rodrigo da Guia; SOUZA, Eduardo Nunes de. Autonomia, discernimento e vulnerabilidade: estudo sobre as invalidades negociais à luz do novo sistema das incapacidades. **Civilistica.com**, a. 5. n. 1. 2016, p.25).

¹⁰³ Por interpretação sistemática entende-se o processo de se coordenar a lei interpretada com o restante do ordenamento jurídico, visando evitar a contradição entre as normas superiores e os princípios estabelecidos pela Constituição. Além disso, por meio da interpretação sistemática é que se descobre a verdadeira função da norma na sociedade em que inserida. (FERREIRA, Adriano. Métodos e tipos de interpretação. **Introdução ao Direito**. Disponível em: <<http://introducaoadireito.info/wp/?p=615>> Acesso: 07 de nov. de 2017).

trabalho visa compartilhar com a sociedade acadêmica às conquistas, até agora, obtidas pelas pessoas com deficiência.

Dessa forma, no próximo capítulo será abordado as mudanças ocorridas no sistema de curatela e o surgimento da tomada de decisão apoiada, que são considerados importantes marcos para a concretização do princípio da dignidade humana no ordenamento jurídico brasileiro.

4. INOVAÇÕES EM PROL DA EMANCIPAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A CURATELA FUNCIONALIZADA E A TOMADA DE DECISÃO APOIADA

4.1 MODIFICAÇÕES PROVOCADAS PELO ESTATUTO DA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RELAÇÃO À CURATELA

Conforme comentado no capítulo anterior, o processo de interdição e o de curatela no ordenamento jurídico brasileiro, anteriormente ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, sempre teve como base questões meramente patrimoniais, não sendo aplicado corretamente às situações extrapatrimoniais. Após a mudança, no entanto, a legislação passou a prezar pelo melhor interesse do interditando, o que ocasionou na criação de um processo mais voltado às peculiaridades do caso concreto e das reais necessidades do indivíduo ao qual a interdição se pretende operar.¹⁰⁴

Sobre a origem da curatela no Brasil, assim se manifesta a autora Joyceane Bezerra de Menezes:

No Brasil, a curatela é um instituto antigo que remonta às ordenações lusitanas. Seu perfil funcional sempre esteve voltado à proteção integral da pessoa maior e incapaz, confiando-se ao curador a tarefa de representá-la ou assisti-la na prática dos atos da vida civil em geral,

¹⁰⁴ ALMEIDA, Luiz Cláudio Carvalho de. A Interdição a partir da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro** n° 59, jan/mar. 2016, p. 175.

ante à pressuposição de sua total ou parcial incapacidade de fazê-lo por si mesma.¹⁰⁵

A primeira tentativa de mudança apresentada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, na opinião de Luiz Cláudio de Almeida, foi a de excluir, sutilmente, a utilização da palavra interdição. Os artigos 84 e 85 do Estatuto da Pessoa com Deficiência¹⁰⁶ deixam mais evidente essa vontade do legislador, ao não utilizarem em momento algum o respectivo termo, trocando-o pela palavra curatela. O entendimento seria o de que o vocábulo interdição carrega um “espectro histórico de repressão”.¹⁰⁷

Todavia, apesar da tentativa, a vontade do legislador em inutilizar o termo interdição não se concretizou, visto que a palavra foi mantida no texto do Novo Código de Processo Civil, nos arts. 747 e seguintes.¹⁰⁸ Cabe ressaltar, ainda, que interdição e curatela tem distintos significados jurídicos. Enquanto aquela caracteriza o procedimento disciplinado nos arts. 747 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, ao qual o interditando precisa passar para ser declarada sua incapacidade, a

¹⁰⁵ MENEZES, Joyceane Bezerra de. **O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do estatuto da pessoa com deficiência**. Civilistica.com. Rio de Janeiro, a. 4, n. 1, jan.-jun./2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 05 de out. de 2017, pág.2.

¹⁰⁶ Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. § 1º Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei. § 2º É facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada. § 3º A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível. § 4º Os curadores são obrigados a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano. Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. § 1º A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. § 2º A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado. § 3º No caso de pessoa em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência a pessoa que tenha vínculo de natureza familiar, afetiva ou comunitária com o curatelado. BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Lei 13.146/15, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 1º de out. de 2017).

¹⁰⁷ ALMEIDA, Luiz Cláudio Carvalho de. A Interdição a partir da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, nº 59, jan/mar. 2016, p. 176.

¹⁰⁸ Acerca das divergências entre as normas do Novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em 2016, e da Lei 13.146/2015 o presente trabalho abordará mais especificamente sobre esse tema no subcapítulo 3.2.

curatela tem fim assistencial ao incapaz, apenas podendo ser decretada após o processo de interdição.^{109/110}

Outra ponto trazido pelo art.85 do Estatuto da Pessoa com Deficiência foi o de restringir a curatela apenas às questões patrimoniais e negociais, deixando de lado às relações extrapatrimoniais, como, por exemplo: a sexualidade, o matrimônio, a privacidade, a educação, a saúde, o trabalho e o voto. A curatela, ainda, como já comentado anteriormente, vira uma medida extraordinária.

Entretanto, existe exceção à regra de que a curatela somente atinge questões patrimoniais. Uma delas é quando envolvendo tratamentos de saúde, em que a pessoa com deficiência, que não tenha discernimento total para decidir sobre essas questões, poderá ter um curador que decida por ela, conforme prevê o parágrafo único do art.11 da Lei 13.146/2015.¹¹¹

Além disso, Joyceane Bezerra também comenta a situação de uma pessoa que já tenha nascido sem competência volitiva, não tendo ela qualquer conhecimento sobre suas vontades e gosto. Nesse caso também seria cabível uma curatela com fins de representação, já que a pessoa com deficiência ficaria totalmente desprotegida.¹¹²

Dessa forma, desaparece aquela ideia de “interdição completa”, em que o interditando não mais poderia exercer por conta própria sua vontade, já que a curatela passa somente a atingir fins patrimoniais.¹¹³ Luiz Carlos Carvalho também aborda essa nova perspectiva sobre o fim da interdição total, e que mesmo antes da Lei

¹⁰⁹ GONÇALVES, Carlos Alberto. **Direito de família**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, e-book, p.194-195.

¹¹⁰ Apesar de se compreender à intenção do legislador em retirar do ordenamento jurídico a palavra interdição, o exposto trabalho irá abordar interdição e curatela como termos diferentes por questões didáticas.

¹¹¹ “Art. 11. A pessoa com deficiência não poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada. Parágrafo único. O consentimento da pessoa com deficiência em situação de curatela poderá ser suprido, na forma da lei.” (BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Lei 13.146/15, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 24 de out. de 2017).

¹¹² MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do estatuto da pessoa com deficiência. **Civillistica.com**. Rio de Janeiro, a. 4, n. 1, jan.-jun./2015. Disponível em: <<http://civillistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 05 de out. de 2017, pág.18.

¹¹³ TARTUCE, Flávio. É o fim da interdição? Artigo de Pablo Stolze. **Jusbrasil**. Disponível em:<<https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/304255875/e-o-fim-da-interdicao-artigo-de-pablo-stolze-gagliano>> Acesso em: 23 de out. de 2017.

13.146/2015 já se defendia a interdição parcial¹¹⁴, visto que ela se identifica mais com os princípios consagrados pela Convenção da Pessoa com Deficiência.^{115/116}

Neste sentido se manifesta Joyceane Bezerra:

Enquanto mecanismo protetivo extremo e extraordinário, a curatela não implica, necessariamente, a interdição da pessoa, mas a viabilização de um cuidado especial. Nesse aspecto, o Código Civil prevê a possibilidade da curatela especial (curatela por representação e não por interdição), sem prejuízo da capacidade civil, para as pessoas com deficiência física, a requerimento dela própria ou de um parente, dando-se-lhe um curador que possa cuidar de todos ou de alguns de seus negócios ou bens (art.1.780). A considerar o princípio da igualdade e o reconhecimento da autonomia para todas as pessoas com deficiência, entendesse que também é possível a curatela por representação para aqueles sujeitos com deficiência no âmbito psíquico ou intelectual.¹¹⁷

Além disso, no Código Civil, muitas mudanças ocorreram nos artigos 1768 a 1773, tanto em vista do Estatuto da Pessoa com Deficiência quanto da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil. O que ocorreu foi que o CPC/2015 revogou expressamente esses artigos, e enquanto o Estatuto os modificou. Tal questão, em vista de sua complexidade, será abordada melhor no próximo ponto do presente trabalho.

Em relação ao art.1767 do Código Civil, percebe-se que ele teve os incisos II e IV revogados e os incisos I e III modificados a partir dos artigos 84 e 85 da Lei

¹¹⁴ Sobre a noção de interdição parcial: “[...] reconhecerá que a pessoa a ser interditada é relativamente capaz para os atos da vida civil. Deste modo, ela poderá praticar atos (comprar, vender, assinar recibos), mas precisará da assistência, ou seja, do acompanhamento do curador. É dever do curador esclarecer a hipótese em questão para a pessoa interditada, levando-a a compreender o que ocorrerá e, considerando sua opinião, assinará os documentos em conjunto com a pessoa.” (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Interdição parcial e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: CNMP, 2014.

¹¹⁵ ALMEIDA, Luiz Cláudio Carvalho de. A Interdição a partir da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, nº 59, jan/mar. 2016, p. 180.

¹¹⁶ Ressalta-se que não houve o fim do procedimento de interdição, mas sim do tratamento tradicional que era dado a interdição, em virtude do fenômeno da “flexibilização da curatela”. (ABREU, Célia Barbosa. Primeiras Linhas sobre a Interdição após o Novo Código de Processo Civil. Curitiba: Ed. CRV, 2015, pág. 22 *apud* TARTUCE, Flávio. É o fim da interdição? Artigo de Pablo Stolze. **Jusbrasil**. Disponível em: <<https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/304255875/e-o-fim-da-interdicao-artigo-de-pablo-stolze-gagliano>> Acesso em: 23 de out. de 2017).

¹¹⁷ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do estatuto da pessoa com deficiência. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 4, n. 1, jan.-jun./2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 05 de out. de 2017, pág.16.

13.146/15, que reformam a aplicação do instituto da curatela em situações envolvendo pessoas com deficiência.

Atualmente, o art.1767 do Código Civil somente prevê que estão sujeitos à curatela:

I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015).

II - (Revogado);

III - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015).

IV - (Revogado);

V - os pródigos.¹¹⁸

Percebe-se que o rol de situações envolvendo a curatela foi reduzida. Esse artigo, como mencionado no capítulo anterior do trabalho, na redação original no Código Civil de 2002¹¹⁹, além de utilizar termos inadequados, como “deficiente mental”, abrangia muito o leque de possibilidades de quem estaria submetido à curatela, o que poderia gerar injustiças, já que nem todas as pessoas com deficiência mental ou que apresentavam enfermidades teriam seu grau de discernimento afetado. Essa mudança foi essencial para se passar a compreender a capacidade legal das pessoas com deficiência como regra geral, e não mais como exceção.

Outra mudança significativa que a Lei 13.146/2015, mais especificadamente o art. 114, trouxe ao ordenamento jurídico brasileiro foi em relação a inclusão do art.1775-A no Código Civil¹²⁰ que efetivou a possibilidade de exercício da curatela compartilhada nos casos que envolvam pessoas com deficiência. Essa tese já era

¹¹⁸ BRASIL. Código Civil (2002). **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 26 de out. de 2017.

¹¹⁹ Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela: I - aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil; II - aqueles que, por outra causa duradoura, não puderem exprimir a sua vontade; III - os deficientes mentais, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos; IV - os excepcionais sem completo desenvolvimento mental; (BRASIL. Código Civil (2002). **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 de out. de 2017).

¹²⁰ “Art. 1.775-A. Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa.” (BRASIL. Código Civil (2002). **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 de out. de 2017).

anteriormente defendida pela doutrina e também aplicada por alguns Tribunais de Justiça no Brasil.¹²¹

Em relação a curatela compartilhada, ela assim pode ser definida:

O exercício conjunto da curatela carrega em seu âmago o dever de solidariedade dos parentes (pais, filhos, irmãos) que exercem e compartilham entre si o ônus da curatela, reforçando um trabalho conjunto no qual os curadores dividem entre si as tarefas relacionadas aos cuidados e interesses pessoais e financeiros do curatelado, não sobrecarregando uma única pessoa que no comum das vezes também tem suas próprias obrigações.¹²²

O fato dessa modalidade de curatela já ter sido aplicada pela jurisprudência, com base em meros preceitos subjetivos, antes mesmo do ordenamento jurídico normatizar essa possibilidade, não diminui a importância da criação do art. 1775-A do Código Civil, muito pelo contrário, demonstra que as normas jurídicas do país estão cada vez mais em conformidade com as reais necessidades da sociedade.

Dessa forma, com as mudanças anteriormente citadas no presente trabalho, que são somente algumas das alterações ocorridas no Código Civil, buscou-se humanizar o processo de curatela no ordenamento jurídico brasileiro. Percebe-se, mais uma vez, a preocupação do legislador, a partir da Convenção das Pessoas com Deficiência, da Lei 13.146/2015 e também, porque não, do próprio Novo Código de Processo Civil, em derrubar os limites por tanto tempo impostos à autonomia da pessoas com deficiência.

4.2 O CONFLITO ENTRE O CÓDIGO CIVIL, O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA QUANTO À CURATELA

¹²¹ Cita-se os acórdãos do Agravo de Instrumento nº 2180578-36.2014.8.26.0000/SP e da Apelação Cível nº 70054313796/RS, em que ambos os Desembargadores Relatores decidiram por conceder a curatela compartilhada à pessoas com deficiência, mesmo não havendo previsão legal para tanto. (MALSCHITZK, Luísa Deckmann. **O advento da Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência e a possibilidade do compartilhamento da curatela**. Porto Alegre, 2016. 65 fl. Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) – Graduação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p.45).

¹²² MADALENO, Rolf. Curso de direito de família. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 1307 *apud* MALSCHITZK, Luísa Deckmann. **O advento da Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência e a possibilidade do compartilhamento da curatela**. Porto Alegre, 2016. 65 fl. Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) – Graduação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p.43.

Assim como comentado no subcapítulo anterior, existem certas divergências entre o Novo Código de Processo Civil brasileiro (Lei 13.105/2015) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência no que concerne ao processo de interdição e curatela¹²³. O que houve foi um problema de direito intertemporal, visto que enquanto o Novo Código de Processo já estava publicado, o Estatuto ainda estava sendo formulado pelo poder legislativo.¹²⁴

Houve, dessa forma, uma falta de sintonia entre o texto normativo do Novo Código de Processo Civil e do Estatuto da Pessoa com Deficiência, pois esse foi capaz de modificar artigos do Código Civil que já estavam revogados pelo Novo Código de Processo.¹²⁵

O que o Novo Código de Processo pretendeu foi anular os artigos de interdição do Código Civil para que todas as normas atinentes a esse tema ficassem restritas ao dispositivo de matéria processual, pois os legisladores entendem que o CPC seria o local mais ideal. Sendo assim, os artigos 1768 até o 1773 do Código Civil foram revogados.¹²⁶

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, no entanto, determina que os artigos 1.768, 1.769, 1.771 e 1.772 do Código Civil, primeiramente revogados pelo Novo Código de Processo Civil, sejam alterados com base na redação original deles. Isso é, os legisladores ignoraram totalmente as mudanças realizadas tanto pela Lei

¹²³ É importante lembrar o conceito de interdição, que nas palavras de Pontes de Miranda assim pode ser caracterizada: “é o ato de poder público pelo qual se declara ou se retira (=desconstitui) a capacidade negocial de alguém”, enquanto a curatela é o cargo conferido por lei a alguém para reger a pessoa e os bens, ou somente os bens”. (MIRANDA, Pontes. Tratado de Direito Privado. Tomo IX, 1ª ed. Campinas: Bookseller, 2000 *apud* ALMEIDA, Luiz Cláudio Carvalho de. **A Interdição a partir da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nº 59, jan/mar. 2016, p. 176).

¹²⁴ O Estatuto da Pessoa com Deficiência foi publicado no dia 6 de julho de 2015, se tornando vigente em janeiro de 2016. Entretanto, publicou-se em março de 2015 o Novo Código de Processo Civil, só o tornando vigente em março de 2016 em vista de seu *vacatio legis*, que durou 1 ano.

¹²⁵ “Sucedee que a Lei n. 13.146/2015 alterou a redação de artigos do Código Civil relacionados à interdição que o CPC-2015 havia revogado – sem ter revogado a revogação promovida pelo inciso II do art. 1.072 do CPC. Nesse ponto, a desatenção legislativa é evidente.” (DIDIER JUNIOR, Fredie. **Estatuto da Pessoa com Deficiência, Código de Processo Civil de 2015 e Código Civil: uma primeira reflexão**. Editorial 187, 06 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.frediedidier.com.br/editorial/editorial-187/>> Acesso em: 31 de out. de 2017).

¹²⁶ DIDIER JUNIOR, Fredie. **Estatuto da Pessoa com Deficiência, Código de Processo Civil de 2015 e Código Civil: uma primeira reflexão**. Editorial 187, 06 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.frediedidier.com.br/editorial/editorial-187/>> Acesso em: 31 de out. de 2017.

13.105/2015 quanto pela 13.146/2015.¹²⁷ Toda essa divergência entre CPC, Código Civil e a Lei 13.146/2015 resulta em uma grande insegurança jurídica para os aplicadores do direito e também para as próprias pessoas com deficiência.¹²⁸

Em vista desse conflito entre textos normativos, os doutrinadores também acabaram divergindo em procurar soluções para o caso. Alguns estudiosos, como Flávio Tartuce¹²⁹, defendem que o Código de Processo Civil deve prevalecer sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, já que o CPC/2015 entrou em vigor em março de 2016 e o Estatuto em janeiro de 2016, o que levaria ao entendimento de que o Estatuto não respeitou as disposições do Novo CPC.

Além disso, de acordo com uma teoria mais formalista, em que norma posterior derogaria norma anterior conforme prevê o art. 2º, §1º da Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro, às disposições contrárias do Novo Código de Processo Civil também prevaleceriam sobre as do Estatuto.¹³⁰

Outros juristas, ao contrário, afirmam que as disposições legais do Estatuto deveriam permanecer sobre o texto normativo do CPC/2015 com base também na Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro, em vista do art. 5º da Lei, que assim dispõe: “Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.”¹³¹

Deve-se, portanto, considerar o fim social a que se destinam as normas no ordenamento jurídico brasileiro. No caso do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ele

¹²⁷ DIDIER JUNIOR, Fredie. **Estatuto da Pessoa com Deficiência, Código de Processo Civil de 2015 e Código Civil: uma primeira reflexão**. Editorial 187, 06 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.frediedidier.com.br/editorial/editorial-187/>> Acesso em: 31 de out. de 2017.

¹²⁸ O presente trabalho não vai abordar especificadamente os artigos 1.768, 1.769, 1.771 e 1.772 do Código Civil, mas somente apresentar os motivos e as possíveis soluções para as divergências entre o Código Civil, Código de Processo Civil e o Estatuto da Pessoa com deficiência, em vista da complexidade da matéria.

¹²⁹ TARTUCE, Flávio. **Parecer sobre o Projeto de Lei do Senado Federal n. 757/2015. Altera o Estatuto da Pessoa com deficiência, o Código Civil e o Código de Processo Civil**. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4374546&disposition=inline>>. Acesso em: 28/10/2017.

¹³⁰ “Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. § 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.” (BRASIL. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. **Decreto- lei nº4.657, de 4 de setembro de 1942**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 31 de out. de 2017).

¹³¹ BRASIL. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. **Decreto- lei nº4.657, de 4 de setembro de 1942**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 31 de out. de 2017.

tem a finalidade de reproduzir as determinações estabelecidas pela Convenção de Nova York, que possui caráter constitucional. Isso é, a Lei 13.146/2015, caracterizada por ser norma específica, expõe “valores constitucionais que imantam a disciplina jurídica da proteção à pessoa com deficiência.”¹³²

Além disso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência é muito mais minucioso e protetivo às pessoas com deficiência do que o Código de Processo Civil, por exemplo, na medida em que garante uma análise a partir das potencialidades de cada indivíduo, conforme estabelecido pela Convenção da ONU.¹³³

Luiz Alberto David Araujo e Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk também argumentam que o Novo Código de Processo Civil só entrou em vigor posteriormente ao Estatuto da Pessoa com Deficiência porque a *vacatio legis* do CPC é bem mais extensa do que da Lei 13.146/2015. Dessa maneira, entende-se que quando o Estatuto foi aprovado e publicado, o Novo Código de Processo já integrava o ordenamento jurídico do Brasil, mesmo que sem eficácia.¹³⁴

Sendo assim, o Código de Processo Civil não retirou a eficácia jurídica do Estatuto da Pessoa com Deficiência no que se refere às disposições legais sobre a curatela. Ainda, nas palavras de Pianovski:

Se a norma nova – EPD – promoveu modificação no sistema da curatela, e coexistiam, no ordenamento, duas normas sobre o tema – sendo uma vigente, e outra em *vacatio legis* -, não pode ser outra a interpretação senão a de que o EPD se reporta a ambas as normas sobre curatela.¹³⁵

¹³² ARAUJO, Luiz Alberto David; RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. A perícia multidisciplinar no processo de curatela e o aparente conflito entre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Código de Processo Civil: reflexões metodológicas à luz da teoria geral do Direito. **FDV publicações**. Vitória, v.18, n.1, p.227-256, jan./abr.2017, p.243.

¹³³ ARAUJO, Luiz Alberto David; RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. A perícia multidisciplinar no processo de curatela e o aparente conflito entre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Código de Processo Civil: reflexões metodológicas à luz da teoria geral do Direito. **FDV publicações**. Vitória, v.18, n.1, p.227-256, jan./abr.2017, p.249.

¹³⁴ ARAUJO, Luiz Alberto David; RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. A perícia multidisciplinar no processo de curatela e o aparente conflito entre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Código de Processo Civil: reflexões metodológicas à luz da teoria geral do Direito. **FDV publicações**. Vitória, v.18, n.1, p.227-256, jan./abr.2017, p.241.

¹³⁵ ARAUJO, Luiz Alberto David; RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. A perícia multidisciplinar no processo de curatela e o aparente conflito entre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Código de Processo Civil: reflexões metodológicas à luz da teoria geral do Direito. **FDV publicações**. Vitória, v.18, n.1, p.227-256, jan./abr.2017, p. 242.

Percebe-se que realmente há espaço para vários argumentos jurídicos nessa discussão doutrinária, mas que, de qualquer maneira, deve surgir uma solução cabível para ela. Solução essa que não prejudique os direitos adquiridos pelas pessoas com deficiência, assim como também não gere retrocesso aos avanços jurídicos até agora conquistados no ordenamento jurídico brasileiro.

4.3 A CRIAÇÃO DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA COMO MECANISMO ALTERNATIVO À CURATELA

Não contente somente com as adaptações realizadas no instituto da curatela, tornando-a mais funcionalizada, o legislador do Estatuto da Pessoa com Deficiência procurou criar um sistema alternativo de apoio aos indivíduos que assim o necessitam. Surge, então, no ordenamento jurídico brasileiro, a tomada de decisão apoiada, que preza ainda mais pelo espaço de escolha da pessoa com deficiência.

Esse sistema de apoio às pessoas com deficiência já existe em outros países, assim como explica Maurício Requião. A Áustria e a Alemanha, por exemplo, foram países que preferiram excluir do ordenamento jurídico o instituto da curatela para somente aplicarem modelos alternativos de assistência às pessoas. Em outros países, como no caso da Itália e da Bélgica, preferiu-se aplicar sistemas novos de apoio visando o futuro desuso da curatela. Já na França, no entanto, decidiu-se manter a curatela ao mesmo tempo que se coloca em vigor um novo sistema de assistência.¹³⁶

O Brasil, dessa forma, assim como o país francês, preferiu, além da instauração de um procedimento de curatela, criar a partir do art.116 da Lei 13.146/2015 e do art. 12 da Convenção da Pessoa com Deficiência, o instituto da tomada de decisão apoiada, prevista no art.1783-A do Código Civil brasileiro.¹³⁷

¹³⁶ REQUIÃO, Maurício. As mudanças na capacidade e a inclusão da tomada de decisão apoiada a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, vol. 6/2016, p.37–54, Jan/Mar, 2016. Disponível em: <<http://www.ceaf.mppr.mp.br/arquivos/File/Marina/deficiencia5.pdf>>. Acesso em: 26 de out. de 2017, p.7.

¹³⁷ Art. 1.783-A. A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança,

Joyceane Bezerra ressalta que o sistema de apoio às pessoas com deficiência é variável de acordo com cada pessoa, visto que alguns indivíduos precisam de uma maior assistência em comparação a outros. Através desse processo, respeita-se a autonomia das pessoas com deficiência, não mais simplesmente impondo a elas decisões.¹³⁸

Nesse sentido explica a autora:

A depender de cada caso, fixa-se o âmbito da vida da pessoa no qual o apoio será conferido. É possível que alguns casos requeiram apoio apenas quanto às decisões jurídicas patrimoniais, enquanto outros demandem apoio para as decisões que impactam na esfera não-patrimonial. A necessidade da pessoa requerente é que justificará e identificará o âmbito no qual será apoiada (art.12 da CDPD, item 3).¹³⁹

Ainda, de acordo com a redação do dispositivo 1783-A do Código Civil, percebe-se que as pessoas com deficiência tem o poder de decisão na escolha das pessoas que vão ajudá-las a realizar atos da vida civil. Dessa forma, na visão de

para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade. § 1º Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar. § 2º O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio previsto no caput deste artigo. § 3º Antes de se pronunciar sobre o pedido de tomada de decisão apoiada, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, ouvirá pessoalmente o requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio. § 4º A decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado. § 5º Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial pode solicitar que os apoiadores contra-assinem o contrato ou acordo, especificando, por escrito, sua função em relação ao apoiado. § 6º Em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, deverá o juiz, ouvido o Ministério Público, decidir sobre a questão. § 7º Se o apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas, poderá a pessoa apoiada ou qualquer pessoa apresentar denúncia ao Ministério Público ou ao juiz. § 8º Se procedente a denúncia, o juiz destituirá o apoiador e nomeará, ouvida a pessoa apoiada e se for de seu interesse, outra pessoa para prestação de apoio. § 9º A pessoa apoiada pode, a qualquer tempo, solicitar o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada. § 10. O apoiador pode solicitar ao juiz a exclusão de sua participação do processo de tomada de decisão apoiada, sendo seu desligamento condicionado à manifestação do juiz sobre a matéria. § 11. Aplicam-se à tomada de decisão apoiada, no que couber, as disposições referentes à prestação de contas na curatela. BRASIL. Código Civil (2002). **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 27 de out. de 2017.

¹³⁸ MENEZES, Joyceane Bezerra. Tomada de decisão apoiada: Instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência pela lei brasileira de inclusão (Lei 13.146/2015). **Revista Brasileira de Direito Civil**, vol. 9 - Jul/Set. 2016, p.39-40.

¹³⁹ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do estatuto da pessoa com deficiência. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 4, n. 1, jan.-jun./2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 05 de out. de 2017, p.13.

Maurício Requião: “Privilegia-se, assim, o espaço de escolha do portador de transtorno mental, que pode constituir em torno de si uma rede de sujeitos baseada na confiança que neles tem, para lhe auxiliar nos atos da vida.” ¹⁴⁰

Dessa forma, as pessoas com deficiência, além de manifestarem sua vontade na escolha dos apoiadores, recebem essa assistência de maneira personalizada, o que reforça a ideia de humanização do instituto da capacidade civil no ordenamento jurídico brasileiro, conforme os ditames do princípio da dignidade da pessoa humana.

Assim como a curatela, a tomada de decisão apoiada ocorre por via judicial, em que a pessoa que necessita da assistência requererá o pedido ao juiz da primeira instância da Vara Estadual indicando uma ou duas pessoas para serem seus apoiadores. Será necessário, ainda, um termo de acordo entre os apoiadores e a pessoa com deficiência para se estabelecer os limites e o prazo do apoio. Após ouvido o Ministério Público e os indivíduos envolvidos no caso por meio de uma equipe multidisciplinar, o juiz decidirá em homologar ou não o acordo. ¹⁴¹

Em relação as decisões da pessoa com deficiência que seja assistida por apoiadores, Joyceane Bezerra expõe:

As decisões tomadas pela pessoa apoiada terão validade e efeito sobre terceiros, sem restrições, desde que previstas nos termos do apoio acordado, sendo permitida a exigência de que os apoiadores também assinem o instrumento no qual se veicular o negócio jurídico firmado. Se, relativamente aos negócios jurídicos que podem gerar riscos ou prejuízo relevantes, houver divergências entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, a questão será decidida pelo juiz, após oitiva do Ministério Público (art.1.784-A, §6º). ¹⁴²

Entretanto, caso seja averiguada negligência por parte de algum dos apoiadores, seja comprovado que ele está forçando decisões da pessoa com

¹⁴⁰ REQUIÃO, Maurício. As mudanças na capacidade e a inclusão da tomada de decisão apoiada a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, vol. 6/2016, p.37–54, Jan/Mar, 2016. Disponível em: <<http://www.ceaf.mppr.mp.br/arquivos/File/Marina/deficiencia5.pdf>>. Acesso em: 26 de out. de 2017, p.7.

¹⁴¹ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do estatuto da pessoa com deficiência. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 4, n. 1, jan.-jun./2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 05 de out. de 2017, p.14.

¹⁴² MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do estatuto da pessoa com deficiência. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 4, n. 1, jan.-jun./2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 05 de out. de 2017, p.14.

deficiência ou que ele não está cumprindo com suas obrigações estabelecidas em termo, qualquer pessoa poderá denunciá-lo ao Ministério Público ou ao juiz. Caso a denúncia seja comprovada, o apoiador será destituído da função. Além disso, tanto a pessoa com deficiência quanto o apoiador poderão pedir o fim do termo de acordo a qualquer tempo, tendo o juiz que se manifestar nesse último caso.¹⁴³

O professor Anderson Schreiber tece críticas acerca do procedimento judicial da tomada de decisão apoiada, considerando-o “muito longo e burocrático”, visto que o Estatuto da Pessoa com Deficiência impõe um controle judicial excessivo sobre às decisões tomadas pelas pessoas com deficiência. Comenta ainda ser desnecessária a manifestação do Ministério Público, dado que a ideia central do Estatuto da Pessoa com Deficiência é justamente considerar as pessoas com deficiência como plenamente capazes, e não ao contrário.¹⁴⁴

Anderson Schreiber também desaprova o §5º do art. 1783-A do Código Civil, que dispõe sobre a possibilidade de terceiros requererem à assinatura dos apoiadores em contratos ou acordos realizados com pessoas com deficiência. Nas palavras do professor:

Tal expediente acabaria por converter a tomada de decisão apoiada em uma espécie de nova e disfarçada assistência, quando a finalidade declarada do novel instituto é o auxílio à pessoa com deficiência no fornecimento de “elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade” (art. 1.783-A, caput), não guardando qualquer efeito em relação a terceiros. Melhor seria que a norma do §5º fosse suprimida.¹⁴⁵

Apesar das críticas que se faz sobre o procedimento da tomada de decisão apoiada e a necessidade de se aprimorar, futuramente, esse sistema de apoio, reconhece-se a importância desse instituto para o ordenamento jurídico brasileiro, cada vez mais voltado para questões existenciais, já que tenta flexibilizar os procedimentos jurídicos em favor das necessidades que cada indivíduo manifesta.

¹⁴³ CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Tomada de decisão apoiada e curatela: medidas de apoio previstas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília: CNMP, 2016, 27 p. il., p 10-11.

¹⁴⁴ SCHREIBER, Anderson. Tomada de decisão apoiada: o que é e qual sua utilidade? **Jornal Carta Forense**. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/tomada-de-decisao-apoiada-o-que-e-e-qual-sua-utilidade/16608>. Acesso em: 29 de out. de 2017.

¹⁴⁵ SCHREIBER, Anderson. Tomada de decisão apoiada: o que é e qual sua utilidade? **Jornal Carta Forense**. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/tomada-de-decisao-apoiada-o-que-e-e-qual-sua-utilidade/16608>. Acesso em: 29 de out. de 2017.

5. CONCLUSÃO

A partir do trabalho realizado, buscou-se expor algumas das principais mudanças no ordenamento jurídico brasileiro ocorridas com a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência em 2016, especialmente em relação ao sistema de curatela. Essa abordagem foi realizada sob a ótica do princípio da dignidade da pessoa humana, ponto central do processo de “repersonalização” do Direito Civil.

Além disso, essa pesquisa também procurou demonstrar algumas das complexidades envolvendo o sistema protetivo das pessoas com deficiência, em como a doutrina está lidando com as alterações ocorridos na teoria geral do Direito Civil, principalmente no instituto das (in)capacidades.

Entre as mudanças ocorridas no ordenamento jurídico brasileiro envolvendo às pessoas com deficiência, citou-se primeiramente a transformação da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência em emenda à Constituição, primeiro tratado a adquirir *status* constitucional no Brasil.

Foi demonstrado que a Convenção de Nova York é um documento internacional de grande relevância para os direitos humanos, visto que reconhece, de maneira inédita, a plena autonomia e capacidade das pessoas com deficiência. O principal objetivo dela é a efetiva inclusão desse grupo social na sociedade, pautando-se nos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

Além disso, foi demonstrado que o referido tratado criou o instituto da capacidade legal, dando fim à divisão tradicional entre capacidade de direito e capacidade de fato. As pessoas com deficiência tornam-se, dessa forma, legítimos sujeitos de direito, pois passam a exercer suas garantias legais sem qualquer restrição imposta pelo ordenamento jurídico.

Outro ponto que merece destaque no texto da Convenção de Nova York é o de que o Estado recebe papel primordial na criação de mecanismos de apoio para que as pessoas com deficiência possam exercer sua capacidade legal. Entretanto, cada Estado será responsável por estabelecer seus próprios mecanismos de assistência a esse grupo social.

O Brasil, entre seus mecanismos, promulgou o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/2015, responsável por uma série de transformações na teoria geral do Direito Civil brasileiro. Entre elas, a mais significativa foi em relação às mudanças dos artigos 3º e 4º do Código Civil, em que pessoas com deficiência não são mais consideradas como absolutamente incapazes. Ainda há a possibilidade de serem relativamente incapazes, mas somente em casos excepcionais.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência também realizou transformações no sistema de curatela, deixando-o mais funcionalizado à pessoa com deficiência. A curatela passa a ser aplicada, em regra geral, em situações patrimoniais, não mais interferindo no plano existencial do indivíduo. Tal avanço se coaduna com o processo de “repersonalização”, que foi abordado no primeiro capítulo do presente trabalho, em que o Direito Civil passa a colocar o ser humano no centro do ordenamento jurídico, passando a valorizar o poder de escolha das pessoas.

A curatela, além de passar a reduzir o rol de pessoas que podem ser submetidas a esse procedimento, torna-se medida excepcional, já que se reconhece a plena capacidade da pessoa com deficiência. Também merece destaque a criação, pela Lei 13.146/2015, da curatela compartilhada, medida em que se admite mais de um curador para auxiliar o curatelado em suas atividades. A Jurisprudência já vinha admitindo essa possibilidade, e a nova legislação veio posteriormente positiva-la.

Também surgiu com o Estatuto da Pessoa com Deficiência a tomada de decisão apoiada, sistema alternativo e mais flexibilizado do que a curatela. Nesse novo mecanismo de proteção proporcionado pelo Estado, a pessoa com deficiência tem seu espaço de liberdade aumentado, visto que o apoio se dará de acordo com a real necessidade do indivíduo, podendo variar de pessoa para pessoa. Assim como a curatela, o procedimento de tomada de decisão apoiada é realizado em via judicial, o que gerou críticas de alguns doutrinadores por considerarem que esse mecanismo é muito burocrático.

Com base na pesquisa realizada, também foi constatado que existem paradoxos no ordenamento jurídico em decorrência da entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Uma dessas situações é a de que os textos normativos do Código Civil, do Código de Processo Civil e a da Lei 13.146/2015 tornaram-se contraditórios em relação à regulamentação do sistema de curatela e interdição.

Enquanto alguns doutrinadores preferem dar preferência às normas do Código de Processo Civil, outros prezam pela integral aplicabilidade do Estatuto.

Outra grande discussão que surgiu na doutrina brasileira foi se o novo art. 3º do Código Civil, modificado pela Lei 13.146/2015, ao passar a considerar como absolutamente incapazes somente os menos de 18 anos, prejudicaria os indivíduos que não tem qualquer capacidade em manifestar vontade própria, sejam pessoas com deficiência ou não.

Por meio da pesquisa realizada, percebeu-se que os problemas relatados derivam da incompatibilidade e da falta de interpretação sistemática entre as normas do ordenamento jurídico brasileiro no sistema de proteção às pessoas com deficiência.

Foi abordado no primeiro capítulo do trabalho, que por meio da Constitucionalização do Direito Civil, são as disposições constitucionais que devem ser respeitadas pelas normas infraconstitucionais, fazendo como que todo o sistema seja congruente entre si. Como a Convenção de Nova York passou a ter *status* de emenda à Constituição, as suas determinações devem ser consideradas na interpretação dos outros dispositivos legais que tratam do tema em questão.

Dessa forma, a conclusão final a que se chega é que por meio da Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência, defensora do princípio da dignidade humana e do princípio da igualdade, todas as pessoas tem os mesmos direitos e deveres, não devendo mais haver limitações legais para a plena autonomia dos indivíduos.

O ponto primordial do tratado, no entanto, é a defesa da igualdade, mas compreendendo que, na verdade, ninguém é igual a ninguém. Cada pessoa com deficiência tem suas dificuldades, suas necessidades e está inserida em um meio social, econômico e cultural diferente. E em decorrência disso, o Estado torna-se o principal agente concretizador na inclusão desse grupo social, devendo ter atitudes diferenciadas caso a caso.

Tanto o Estado quanto a população em si têm a peculiar mania de proteção exacerbada. Protege-se tanto a pessoa com deficiência que acaba privando-a de participar das atividades presentes na sociedade. As pessoas com deficiência não querem ter suas vidas preservadas, o que elas desejam, no entanto, é receber todas

as condições possíveis para vivenciarem todas as experiências que a vida pode lhes dar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luiz Cláudio Carvalho de. A Interdição a partir da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, nº 59, jan/mar. 2016.

AMARAL, Francisco. Transformação dos Sistemas Positivos a Descodificação do Direito Civil Brasileiro. **ANOREG/BR**. Disponível em: <http://anoreg.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=398:imported_366&catid=32:artigos&Itemid=181> Acesso em: 21 de agosto de 2017.

AMARAL, Francisco. **Direito Civil – Introdução**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

ARAÚJO, Rogério Andrade Cavalcanti; TOMAZETTE, Marlon. Crítica à nova sistemática da incapacidade de fato segundo a Lei 13.146/15. **Jus.com.br**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42271/critica-a-nova-sistematica-da-incapacidade-de-fato-segundo-a-lei-13-146-15>>. Acesso em: 1º de out. de 2017.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. A perícia multidisciplinar no processo de curatela e o aparente conflito entre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Código de Processo Civil: reflexões metodológicas à luz da teoria geral do Direito: **FDV publicações**. Vitória, v.18, n.1, p.227-256, jan./abr.2017.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 24 de jul. de 2017).

BRASIL. Código Civil (2002). **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 19 de jun. de 2016.

BRASIL; Senado Federal. Senador Paulo Pain. **Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei brasileira de inclusão, Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília: Senado Federal, 2015, págs. 07-09.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 09 de agosto de 2017.

BRASIL. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 21 de set. de 2017.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186 de 2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm>. Acesso em: 11 de agosto de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 11 de agosto de 2017.

BRASIL. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. **Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 31 de out. de 2017.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Interdição parcial e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Brasília: CNMP, 2014. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Interdi%C3%A7%C3%A3o_Parcial_11.06_WEB.pdf>. Acesso em 25 de out. de 2017.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Estatuto da Pessoa com Deficiência, Código de Processo Civil de 2015 e Código Civil: uma primeira reflexão.** Editorial 187, 06 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.frediedidier.com.br/editorial/editorial-187/>> Acesso em: 31 de out. de 2017.

FACHIN, Luiz Edson; RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. A dignidade da pessoa humana no direito contemporâneo: uma contribuição à crítica da raiz dogmática do neopositivismo constitucionalista. **ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito da Opet.** Curitiba, 5ª ed. – vol. V. Disponível em <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5/Luiz-Edson-Fachin.pdf>>.

FACHIN, Luiz Edson (Coord.). **Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

FACHIN, Luiz Edson. **Direito Civil: sentidos, transformações e fim.** Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

FERRAZ, Carolina Valença. **Manual dos direitos da pessoa com deficiência.** 1ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2012. Ebook.

FERREIRA, Adriano. Métodos e tipos de interpretação. **Introdução ao Direito.** Disponível em: <<http://introducaoaodireito.info/wp/?p=615>> Acesso: 07 de nov. de 2017.

FILHO, Agassiz Almeida; MELGARÉ, Plínio (organ.). **Dignidade da pessoa humana: fundamentos e critérios interpretativos**. São Paulo, SP: Malheiros, 2010.

FORTUNA, Aires Sebanstíán Ignácio. **Aproximaciones al régimen de la capacidad en el Proyecto de Reforma de los Códigos Civil y Comercial de la Nación**. Revista Jurídica UCES, n.17, p. 204-231, 2013, pág. 225-226. Disponível em: <<http://dspace.uces.edu.ar:8180/xmlui/handle/123456789/2147>>. Acesso em: 23 de agosto de 2017.

GONÇALVES, Carlos Alberto. **Direito de família**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Ebook.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Constitucionalização do direito civil. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, a.36 n.141, jan.\mar.1999.

LÔBO, PAULO. **Direito Civil: parte geral**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MALGARÉ, Plínio. Notas sobre a repersonalização do Direito Civil. In: FILHO, Agassiz Almeida; MELGARÉ, Plínio (organ.). **Dignidade da pessoa humana: fundamentos e critérios interpretativos**. São Paulo, SP: Malheiros, 2010.

MALSCHITZK, Luísa Deckmann. O advento da Lei 13.146/2015 – **Estatuto da Pessoa com Deficiência e a possibilidade do compartilhamento da curatela**. Porto Alegre, 2016. 65 fl. Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) – Graduação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk; DE OLIVEIRA, Lúgia Ziggiotti. Além do Estatuto da Pessoa com Deficiência: reflexões a partir de uma compreensão dos direitos humanos. **Revista de Derechos Humanos e y Estudios Sociales**. Ano VII, nº15, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.derecho.uaslp.mx/Documents/Revista%20REDHES/N%C3%BAmero%2015/Redhes15-01.pdf>> Acesso em: 08 de nov. de 2017

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Soberania e a proteção internacional dos direitos humanos: dois fundamentos irreconciliáveis. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: A.39., no.156, out./dez. 2002. Disponível em:<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/823/R156-14.pdf?sequence=4>> Acesso em: 10 de agosto de 2017.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do estatuto da pessoa com deficiência. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 4, n. 1, jan.-jun./2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Data de acesso: 02 de agosto de 2017.

MENEZES, Joyceane Bezerra. Tomada de decisão apoiada: Instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência pela lei brasileira de inclusão (Lei 13.146/2015). **Revista Brasileira de Direito Civil**, vol. 9 - Jul/Set. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Tutela e Curatela. **Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, Falimentares e de Liquidações Extrajudiciais.** Disponível em: <<http://www.civel.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9>>. Acesso em: 04 de out. de 2017.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional.** 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

PEREIRA, Tânia da Silva; OLIVEIRA, Guilherme de. **Cuidado e Vulnerabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

PIOVESAN, Flávia. **Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos: jurisprudência do stf.** BuscaLegis.ccj.ufsc.br. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16470-16471-1-PB.pdf>>. Acesso em: 1º de set. de 2017.

REQUIÃO, Maurício. As mudanças na capacidade e a inclusão da tomada de decisão apoiada a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, vol. 6/2016, p.37–54, Jan/Mar, 2016. Disponível em: <<http://www.ceaf.mppr.mp.br/arquivos/File/Marina/deficiencia5.pdf>>. Acesso em: 26 de out. de 2017.

RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de (Coord.). **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

ROTHENBURG, Walter Claudius. **Igualdade material e discriminação positiva: o princípio da isonomia.** Novos Estudos Jurídicos, vol. 13 - n. 2 - p. 77-92 / jul-dez 2008.

TARTUCE, Flávio. **Parecer sobre o Projeto de Lei do Senado Federal n. 757/2015. Altera o Estatuto da Pessoa com deficiência, o Código Civil e o Código de Processo Civil.** Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4374546&disposition=inline>>. Acesso em: 28 de out. de 2017.

TARTUCE, Flávio. É o fim da interdição? Artigo de Pablo Stolze. **Jusbrasil.** Disponível em: <<https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/304255875/e-o-fim-da-interdicao-artigo-de-pablo-stolze-gagliano>> Acesso em: 23 de out. de 2017.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de direito civil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e diálogo entre jurisdições. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC n.19 – jan./jun. 2012.

PIOVESAN, Flávia. Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos: jurisprudência do stf. **BuscaLegis.ccj.ufsc.br.** Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16470-16471-1-PB.pdf>>. Acesso em: 1º de set. de 2017.

SCHREIBER, Anderson. Tomada de decisão apoiada: o que é e qual sua utilidade? **Jornal Carta Forense**. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/tomada-de-decisao-apoiada-o-que-e-e-qual-sua-utilidade/16608>. Acesso em: 29 de out. de 2017.

SILVA, Rodrigo da Guia; SOUZA, Eduardo Nunes de. Autonomia, discernimento e vulnerabilidade: estudo sobre as invalidades negociais à luz do novo sistema das incapacidades. **Civilistica.com**, a. 5. n. 1. 2016.

SIQUEIRA, Ivana. Introdução. In: LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.: il. 28X24 cm.

SOARES, Thiago Rosa. **A Capacidade de Fato das Pessoas com Deficiência**. Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, Brasília: abril/2016, pág. 14. Disponível em <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/27859>>. Acesso em: 1º de out. de 2017.

SOUZA, Eduardo Nunes. Uma releitura funcional das invalidades do negócio jurídico: proposta de modulação dos efeitos de atos nulos e anuláveis. **Civilistica.com**. a. 6. n. 1. 2017.

VELOSO, Zeno. Estatuto da pessoa com deficiência: Uma nota crítica. **Jusbrasil**. Publicado por Flávio Tartuce. Disponível em: <<https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/338456458/estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-uma-nota-critica>>. Acesso em: 08 de nov. de 2017.